

# O ESTADO DE S. PAULO

ROBERTO MACEDO

15 NOV 2018

## Veta, Temer!

É a hora e a vez  
de marcar sua  
história com um  
gesto de grandeza

**N**o último dia 8 o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Dias Toffoli, reunido com 24 dos 27 presidentes dos Tribunais de Justiça (TJs) dos Estados, defendeu o reajuste de 16,4% dos salários dos membros dessa Corte, no dia anterior aprovado em outro mau momento do Senado. Aliás, o Congresso Nacional comporta-se mais como antinacional, tamanho o seu desprezo pelas dificuldades econômico-financeiras que o governo e o povo do Brasil enfrentam. Não seria surpresa se usasse o que aprovou para depois “justificar” a ampliação dos ganhos de seus parlamentares.

Toffoli foi muito aplaudido pelos presidentes dos TJs, que como os demais juízes estaduais também terão reajuste, pelo efeito em cascata do aprovado para os do STF. Toffoli falou da “nossa felicidade” e agradeceu aos presentes, afirmando que também “envidaram esforços junto ao Congresso Nacional no sentido de deixar claro o quão justa e correta era essa revisão”. Assim, houve *lobby* em cima de parlamentares, vários deles fragilizados no diálogo, pois que envolvidos em processos *sub judice*. Uma verdadeira festa corporativista essa reunião! E o País? Longe da cabeça desses juízes.

Essa revisão salarial não é justa, nem correta, como disse Toffoli. Dado que o ajuste é destinado a alguns dos mais bem aquinhoados brasileiros em termos

de renda, que justiça é essa que ignora a população brasileira passando por enormes sacrifícios, com milhões sofrendo com o desemprego, implicando uma queda salarial de 100%? Esse desemprego está ligado ao mau desempenho da economia, no qual pesa muito o péssimo estado das contas públicas, que o reajuste agravaria. É o alto escalão do Estado se comportando como inimigo da Nação!

Nos Estados e municípios há tempos quase não há reajustes salariais e alguns até atrasam pagamentos. O governo federal, noutro erro, andou dando reajustes a outras categorias suas, praticando também injustiça, pois só faz isso cortando serviços que deveria prestar, ou se endividando ainda mais. Na mesma reunião, Toffoli falou também que se tratava “apenas” de recomposição de perdas salariais, mas, vale insistir, quem está conseguindo essa recomposição no País como um todo? Só uma minoria e, no governo, de privilegiados.

Quem paga a conta é o povo. A propósito, vale lembrar o que disse a ex-presidente do STF ministra Carmen Lúcia, que enquanto esteve nessa posição se opôs ao reajuste: “Fui contra devido ao momento do Brasil. Grave do ponto de vista econômico e fiscal, (...) com uma sociedade que está penando muito (...), com mais de 13 milhões de desempregados. (...) se o sacrifício é de todo mundo, tem de ser nosso também.”

Sendo injusto, o reajuste tampouco é correto, e não o é também por outras razões. Entre elas, não vale o que Toffoli alegou em agosto: “Não se está encaminhando para o Congresso um acréscimo no orçamento do Supremo, não se está tirando dinheiro da saúde, educação, se está tirando das nossas despesas correntes, dos nossos custeios”. Ora, se é possível

tirar dinheiro dessas despesas, é porque são irrelevantes e já deveriam ter sido cortadas, com repasse do montante ao Executivo, carente crônico de recursos, como para educação e saúde. E a conta do reajuste para os Estados em dificuldades, como fica?

Passando a questões de consciência, as leis e o Poder Judiciário, em tese o guardião delas, são como um aparato político que substituiu as religiões, que estabeleciam regras de comportamento pessoal e social e até mesmo impunham penitências ou penas por pecados cometidos contra essas regras, nos mais graves apontando o caminho do inferno, como no catolicismo. Mas as religiões sempre se pautaram por parâmetros morais e éticos, neste caso numa avaliação em termos do bem comum. Esses parâmetros também deveriam aplicar-se à Justiça, mas nesse caso foram ignorados.

Como fica? A situação desmente Sua Excelência Tiririca, quando afirmou que “pior que está não fica.” Pois pioraria o estado das contas públicas, ingrediente importante da crise que atravessamos. Mas, como dizem os chineses, crises também oferecem oportunidades.

Uma imensa está diante do presidente Temer. Também com seu contencioso judicial, enfraqueceu-se politicamente, o que o impediu, entre outras medidas, de levar adiante uma reforma da Previdência, que seria a marca mais importante do seu mandato. Um balanço do que fez não o deixa bem na História. Mas se redimiria bastante se vetasse esse abominável reajuste. E num dos últimos momentos do seu governo, que costumam ser os mais lembrados, ou seja, pelo que é feito na saída.

**CONTINUA**

15 NOV 2018

## O ESTADO DE S. PAULO

### CONTINUAÇÃO

O veto é claramente defensável. Para vetar predominam os argumentos jurídicos. E este jornal mostrou, no seu principal editorial do último dia 11, que o reajuste é inconstitucional. Textualmente: “O art. 169 da Constituição estabelece que ‘a despesa com pessoal ativo e inativo da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios não poderá exceder os limites estabelecidos em lei complementar’. E o § 1.º do mesmo artigo assegura que a concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração pelos órgãos da administração direta ou indireta só poderá ser feita se houver prévia dotação orçamentária suficiente para atender às projeções de despesa de pessoal e aos acréscimos dela decorrentes, e se houver autorização específica na Lei de Diretrizes Orçamentárias (...). A de 2019 não contém nenhuma autorização para o aumento do subsídio dos ministros do STF”.

O editorial acrescenta que o parecer do relator do projeto no Senado também não comprova que o aumento respeita o teto de gastos da Ementa Constitucional 95/2016. Esse texto teve grande repercussão nas redes sociais, com 7,9 mil compartilhamentos.

Veta, Temer! É a hora e a vez de marcar sua história com um gesto de grandeza.

●  
ECONOMISTA (UFMG, USP E HARVARD), É CONSULTOR ECONÔMICO E DE ENSINO SUPERIOR

15 NOV 2018

## O ESTADO DE S. PAULO

# Fugir do local do acidente de trânsito é crime, diz Supremo

Teo Cury / BRASÍLIA  
Rafael Moraes Moura

O Supremo Tribunal Federal (STF) validou ontem o artigo do Código de Trânsito Brasileiro (CTB) que prevê prisão de seis meses a um ano para o motorista que foge do local do acidente. Isso vale para quem quer se livrar de eventual responsabilidade penal ou civil, independentemente de haver vítima.

Por 7 votos a 4, a Corte entendeu que o dispositivo não fere a Constituição, em meio a questionamentos sobre decisão do Tribunal de Justiça (TJ) gaúcho, que absolveu um motorista que fugiu do local de acidente, sob a alegação de que ninguém está obrigado a produzir prova contra si mesmo.

A fuga é “absolutamente indefensável”, segundo o relator, ministro Luiz Fux. “Como que se pode criar uma sociedade justa e solidária admitindo a conduta de quem se afasta do local do acidente para fugir da responsabilidade penal e civil?”

O ministro Alexandre de Moraes acompanhou o entendimento do colega, ressaltando que há “verdadeira epidemia” de acidentes de trânsito. “O fato de o artigo 305 (do CTB) estabelecer vedação ao condutor do veículo de se afastar do local do acidente não o obriga a ter de confessar responsabilidade, ou a ter de abrir mão de seu direito ao silêncio, não obriga a ter de participar de uma reconstituição imediata, a realizar exames obrigatórios. Eles têm a obrigação, como condutores de veículos, de resguardar local dos fatos e aguardar a apuração.”

**Divergência.** Já os ministros Gilmar Mendes, Marco Aurélio Mello, Celso de Mello e Dias Toffoli, o presidente do STF, afirmaram que a regra é inconstitucional. “É certo que o indivíduo pode escolher essa via (*de ficar no local do crime*), inclusive para aproveitar eventuais reduções de pena por arrependimento eficaz, confissão, etc. Não obstante, a criminalização da opção do réu de não se apresentar à autoridade, a meu ver, viola o núcleo duro do direito fundamental de não autoincriminação”, disse Mendes.

Ao todo, 131 processos estavam suspensos aguardando a definição do STF. O caso em questão era sobre um taxista que, no dia 2 de novembro de 2010, saiu de um bar de Flores da Cunha (RS), entrou na contramão e atingiu o carro estacionado em uma via pública. O veículo ficou danificado. O taxista fugiu em alta velocidade, sendo seguido pela polícia, que o abordou em casa. Ele tinha sintomas de embriaguez e disse não ter notado a colisão.

## Raquel afirma que 'não tem prazo' para concluir análise do inquérito dos Portos

A procuradora-geral da República, Raquel Dodge, disse ontem que não tem prazo para concluir a análise do inquérito dos Portos e decidir se apresenta ou não denúncia contra o presidente Michel Temer. O inquérito apura se houve favorecimento a empresas do setor portuário na edição de um decreto de 2017. A Polícia Federal indiciou Temer por corrupção passiva, lavagem de dinheiro e organização criminosa. Ao todo, 11 pessoas foram indicadas pela PF, entre elas Mariste-



SERGIO ALMEIDA / CNMP-19/11

la de Toledo, filha do presidente, o ex-deputado Rodrigo Rocha Loures (MDB-PR), o coronel reformado da Polícia Militar João Baptista Lima Filho e arquiteta Maria Rita Fratezi, mulher do coronel.

16 NOV 2018

# O ESTADO DE S. PAULO

## Corporação insaciável



Dias depois de o Senado ter aprovado um reajuste de 16,38% nos vencimentos dos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF), o que acarretará um gasto de R\$ 6 bilhões por ano – pois no Judiciário o efeito cascata é imediato, já que o salário da cúpula pauta o dos escalões inferiores da instituição, nos níveis federal e estadual –, entidades de magistrados afirmaram que não admitem o fim do auxílio-moradia. Segundo os jornais, o reajuste que favoreceu a magistratura teria sido negociado pelo presidente Michel Temer e pelo novo presidente do STF, ministro Dias Toffoli, em troca do fim desse penduricalho. No valor de R\$ 4.377, ele é pago a todos os juízes, inclusive para os que têm casa própria no local em que atuam.

Apesar de seus membros terem sido beneficiados por esse acordo, essas entidades – lideradas pela Associação dos Magistrados do Brasil – agora exigem a criação de mais um benefício, em troca da extinção do auxílio-moradia, cuja constitucionalidade está sendo questionada no STF. Alegam que, como o reajuste de 16,38% apenas repôs a inflação dos últimos anos, o fim do auxílio-moradia acarretará uma redução nos vencimentos. Por isso, elas pressionam a mais alta Corte do País – inclusive com a ameaça de entrar em greve – para não julgar a matéria enquanto a magistratura não for agraciada com a criação de um adicional por tempo de serviço.

Para os juízes, que já estão entre as carreiras com os maiores salários e vantagens na administração pública, suas pretensões têm base

legal, pois o auxílio-moradia está previsto pela Lei Orgânica da Magistratura. Contudo, o argumento é frágil, pois esse texto legal estabelece que esse tipo de ajuda de custo será concedido apenas “nas localidades em que não houver residência oficial à disposição do magistrado”. E a tendência do STF é de restringir o pagamento desse penduricalho só a quem não tiver residência na comarca em que trabalha e não ocupe imóvel funcional.

Além do discutível argumento legal, muitos magistrados apresentam um argumento não menos frágil para defender pretensões absurdas. Eles afirmam que ganham menos que advogados e diretores jurídicos de grandes empresas e bancos, cujas petições têm de julgar. Esquecem-se, porém, de que não há similaridade com o mercado de trabalho privado. Além de poder ser demitidos a qualquer momento, o que não acontece com os juízes, os advogados e diretores jurídicos da iniciativa privada têm seus salários e benefícios condicionados aos resultados de seu trabalho. No Judiciário, os vencimentos são depositados rigorosamente todo mês. Não bastasse isso, muitos penduricalhos são pagos a título de “verba indenizatória”, motivo pelo qual não são levados assim em conta tanto no cálculo do teto do funcionalismo público quanto para pagamento de Imposto de Renda. E se, de fato, esses magistrados se acham em condições de auferir os melhores salários pagos pela iniciativa privada, que se demitam do serviço público e tratem de disputar as vagas que ambicionam.

As pretensões da magistratura são imorais em todos os sentidos. A corporação se esquece de que as finanças públicas estão em colapso, dada a tendência do Estado de

gastar mais do que arrecada. Despreza o fato de que a conta dos 16,38% de aumento de seus membros será paga por todos os brasileiros, inclusive os 12 milhões que hoje estão desempregados. E quando acena com a possibilidade de deflagrar greve, para tentar obter mais um penduricalho, comete grave deslize institucional. Afinal, quem decide litígios e demandas não pode agir em causa própria por motivos pecuniários. Cruzar os braços é negar um serviço essencial a quem depende dos tribunais para proteger seus direitos, o que não só é proibido por lei, como também é uma afronta às noções mais elementares de justiça. Justiça é um princípio que muitos juízes parecem esquecer, quando veem no cargo que exercem basicamente um instrumento que lhes garante um bem-estar que é negado à maioria dos brasileiros.

# O ESTADO DE S. PAULO

## CNJ pede ao TRF-4 processo contra Favreto

Julia Affonso  
Fausto Macedo

O corregedor nacional de Justiça, ministro Humberto Martins, determinou que o Tribunal Regional Federal da 4.<sup>a</sup> Região (TRF-4) encaminhe ao CNJ o procedimento instaurado na Corte para apurar a conduta do desembargador federal Rogério Favreto. Durante o plantão, em julho, o magistrado, que foi filiado ao PT por mais de 20 anos, mandou soltar, em decisão liminar, o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, condenado a 12 anos e um mês de prisão por corrupção e lavagem de dinheiro no caso triplex do Guarujá.

Lula só não deixou a prisão porque o presidente do TRF-4, desembargador Carlos Eduardo Thompson Flores, interferiu. Após 10 horas e meia de impasse, Thompson Flores endossou despacho do relator da Lava Jato na Corte, desembargador João Pedro Gebran Neto, que havia suspenso o habeas corpus. Ao autorizar a libertação de Lula, Favreto apontou que seria um fato novo a "condição de pré-candidato do paciente".

A Corregedoria Nacional havia instaurado procedimento para apurar os fatos, no qual determinou a unificação de todas as investigações relativas às condutas dos magistrados no episódio. No entanto, ainda tramita na Corte Federal um processo administrativo pelos mesmos fatos contra Favreto.

A decisão, afirmou Martins, tem por objetivo "afastar a possibilidade de decisões conflitantes, além de tornar mais eficiente a utilização dos recursos materiais e humanos disponíveis e evitar a repetição desnecessária de atos processuais, especialmente porque, nos processos que tramitam no CNJ, já foi marcada audiência de todos os magistrados, que será realizada no dia 6 de dezembro".

# 16 NOV 2018

## SÔNIA RACY

### Recordar é viver

Em meio a discussões sobre se **Temer** deve ou não sancionar o aumento para os ministros do STF, vale recordar: desde 2005 foram sancionados quatro projetos de lei que permitiram sete reajustes para os 11 ministros.

**Lula e Dilma** sancionaram aumentos em mais de uma ocasião. Sob Lula, em julho de 2005, o salário foi de R\$ 19,1 mil a R\$ 21,5 mil, com previsão de subir para R\$ 24,5 mil em janeiro seguinte. Em 2009, passou de R\$ 24,5 mil para R\$ 25,7 mil, com previsão de chegar a R\$ 26,7 mil em 2010.

### Recordar 2

Nos governos **Dilma**, dois novos aumentos elevaram o valor aos atuais R\$ 33,7 mil. Houve caso de veto a aumentos no Judiciário, mas nunca para os ministros da corte.

### Conciliando

Feitas as contas, a recém-fimada Semana Nacional de Conciliação do TJ paulista terminou em boa paz. Foram firmados 10.296 acordos – em 51% dos casos –, envolvendo valores acima dos R\$ 62 milhões e atendendo a 59 mil pessoas.

Quem conseguiu? Um grupo de 2.366 magistrados apoiados por 3.847 conciliadores em 222 centros judiciários.

### Sem sanduíche

A Defensoria Pública paulista ganhou a parada. A Justiça considerou abusiva a atividade da rede **McDonald's** em organizar seu *Show do Ronald McDonald* em escolas infantis e creches do Estado.

Liminar anterior já advertia que a empresa "praticava ação mercadológica para divulgar a marca da rede" em eventos desse gênero.

17 NOV 2018

# O ESTADO DE S. PAULO

## Para 'evitar surpresas', Moro deixa magistratura

Em carta apresentada ontem ao Tribunal Regional Federal da 4.<sup>a</sup> Região, o juiz Sérgio Moro antecipou sua saída da magistratura para assumir um cargo na equipe de transição do futuro governo de Jair Bolsonaro, no qual comandará o Ministério da Justiça e Segurança Pública. Titular da Operação Lava Jato na primeira instância, em Curitiba, Moro abandonou uma carreira de 22 anos no Judiciário. A interlocutores, ele disse que optou por antecipar sua saída para evitar "eventuais surpresas", sem detalhar a que se referia.

**Governo. Em carta ao TRF, juiz da Lava Jato antecipa pedido de exoneração, após 22 anos no Judiciário; a interlocutores, disse que decisão foi para evitar 'eventuais surpresas'**

# Moro deixa magistratura e se une a grupo de transição

O juiz federal Sérgio Moro antecipou a saída da magistratura para assumir um cargo executivo na equipe de transição do futuro governo de Jair Bolsonaro, no qual comandará o Ministério da Justiça e Segurança Pública. Na carta com o pedido de exoneração apresentada ontem ao Tribunal Regional Federal da 4.<sup>a</sup> Região (TRF-4), Moro relata que aceitou o convite para chefiar o ministério a partir de janeiro do ano que vem e responde às críticas sobre sua participação nas discussões do futuro governo enquanto ainda permanecia oficialmente como juiz federal.

Titular da Operação Lava Jato

na primeira instância, em Curitiba, Moro abandonou uma carreira de 22 anos no Judiciário para entrar na política. A interlocutores próximos, ele disse que optou por antecipar sua saída para evitar "eventuais surpresas", sem detalhar a que se referia.

Inicialmente, Moro havia solicitado férias relativas a um período que estava em aberto e se desligou dos processos da Lava Jato, que conduziu por 4 anos e sete meses. Ele planejava se despedir da toga só no final de dezembro, para efetivamente poder ser nomeado ministro de Bolsonaro.

Moro citou no documento que vive em um "contexto no qual há ameaças" e disse que a decisão de permanecer na magistratura até a posse seria para

dar cobertura previdenciária aos seus familiares em "caso de algum infortúnio". Em entrevistas recentes, Moro disse que era alvo de "diversas ameaças".

"Embora a permanência na magistratura fosse relevante ao ora subscritor por permitir que seus dependentes continuassem a usufruir de cobertura previdenciária integral no caso de algum infortúnio, especialmente em contexto no qual há ameaças, não pretendo dar azo a controvérsias artificiais", afirmou na carta ao tribunal.

**CONTINUA**

# O ESTADO DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

17 NOV 2018

O desembargador federal Thompson Flores, presidente do TRF-4, assinou ontem mesmo a exoneração de Moro. O magistrado vai deixar a toga a partir de segunda-feira. Ele deixou claro que agora irá se dedicar à tarefa de planejar, na sua área, as futuras ações do governo Bolsonaro. Disse que vai se integrar “de imediato” ao grupo do próximo governo.

“Houve quem reclamasse que eu, mesmo em férias, afastado da jurisdição e sem assumir cargo executivo, não poderia sequer participar do planejamento de ações do futuro governo”, afirmou. “O foco é organizar a transição e as futuras ações do Ministério da Justiça.”

Moro já confirmou que vai convidar “nomes da Lava Jato” para integrar sua futura equipe no Ministério da Justiça e Segurança Pública – já classificado como um superministério por retomar o comando da Polícia Federal e outros órgãos de controle. Ele também pretende criar forças-tarefa ao estilo da operação para combater o crime organizado no País.

**Concurso.** Após a saída de Moro da 13.<sup>a</sup> Vara Federal Criminal de Curitiba, a cadeira do juiz da Lava Jato fica vaga até a conclusão do concurso de remoção, cujo edital deverá ser publicado nos próximos dias no Diário Oficial da União. A remoção é um concurso interno entre magistrados da Justiça Federal da 4.<sup>a</sup> Região (que compreende os Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul), na qual Moro estava lotado.

Os juízes que pretendem concorrer à vaga de Moro deverão apresentar interesse nos próximos dez dias. O candidato deve ser escolhido pelo critério de antiguidade: primeiro, o tempo de

trabalho como juiz federal da 4.<sup>a</sup> Região, depois, o tempo em que o candidato exerceu o cargo de juiz federal substituto e, por fim, o critério de classificação no concurso público.

Pelo menos 232 juízes federais titulares poderão se candidatar à cadeira deixada pelo magistrado e assumir o acervo de processos da Lava Jato em primeira instância.

O processo de seleção para o substituto de Moro deve durar cerca de um mês. Até lá, os processos serão conduzidos pela juíza substituta de Moro, Gabriela Hardt, que na quarta-feira passada interrogou o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva – preso e condenado na Lava Jato e cumprindo pena na capital paranaense – na ação penal do sítio de Atibaia, na qual o petista é réu por corrupção passiva e lavagem de dinheiro.

A saída de Moro não leva à redistribuição dos processos da Lava Jato, que continuam sob competência da 13.<sup>a</sup> Vara Federal de Curitiba. / FAUSTO MACEDO, RICARDO BRANDT, PAULO ROBERTO NETTO e RENATO ONOFRE

CONTINUA

## Reajuste não pode ser 'agravo', diz Temer

● O presidente Michel Temer disse ontem que o reajuste salarial de 16,4% para os ministros do STF não pode ser um “agravo econômico”, mas ele ainda não decidiu se vetará o aumento. “Ainda estou examinando. Não pode haver nenhum agravo econômico ou perda para a União ou para os Estados”, disse ele, após participar da Cúpula Ibero-americana, na Guatemala. “Mandei fazer uma avaliação e ainda tenho tempo para decidir sobre isso mais adiante.” Ele tem prazo até o dia 28. Segundo cálculos de técnicos da Câmara, o aumento terá impacto de R\$ 4 bilhões, considerando o efeito sobre a remuneração de toda magistratura e ainda a elevação do teto salarial do funcionalismo. / CRISTIANO DIAS

17 NOV 2018

# O ESTADO DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

FAUSTO MACEO

## Juiz dará sequência à sua Lava Jato, agora no Executivo

**S**érgio Moro deixou para trás e para sempre um patrimônio de 22 anos de magistratura, mas não quer dizer que deixou a Operação Lava Jato. Disposto a assumir um desafio para o qual se sente habilitado e preparado, ele tem reagido com naturalidade aos pareceres que o punem por sua escolha de engajamento na equipe de Bolsonaro.

Moro deu um tiro no escuro? Vislumbram que ele poderá sofrer desgastes no comando de uma pasta tão belicosa que acumula combate à corrupção, via Polícia Federal, e também tem de zelar por reservas indígenas e pelo caótico sistema prisional, o que lhe exigirá prontidão.

Traquejo para saber o alcance e as consequências do passo que deu ele tem. Viveu mais de duas décadas na missão de julgador, acatado por suas decisões, especialmente as que formam o notável acervo da Lava Jato, antes o do escândalo Banestado, nos anos 1990.

Amparado no compromisso do presidente eleito, que publicamente a ele assegurou liberdade na ação contra o crime organizado, o juiz – sua exoneração começa a valer na segunda, 19 –, abriu mão das prerrogativas da toga, tais como a vitaliciedade, para uma atividade que pode lhe pregar armadilhas.

Superministro, ele poderá dar sequência à sua Lava Jato, da qual é o artífice, agora na condição de chefe de uma pasta à qual voltará a ficar atrelada à Polícia Federal. Mas terá de mudar a rotina de uma vida enclausurada no gabinete da Justiça Federal de Curitiba para uma agenda política inevitável, com visitas ao Congresso e negociações, talvez até com parlamentares que a Lava Jato espreita.



17 NOV 2018

O ESTADO DE S. PAULO

## Supremo prepara compra de carros blindados para ministros

Edital prevê aquisição de 14 veículos a um custo de até R\$ 3,2 milhões; recomendação foi feita pela área de segurança

*Lorena Rodrigues*  
*Breno Pires* /BRASÍLIA

O Supremo Tribunal Federal (STF) se prepara para licitar a compra de carros blindados para o transporte dos ministros da Corte. Depois de o tema da violência ganhar destaque na campanha eleitoral, o órgão, sob orientação da área de segurança, decidiu adquirir 14 veículos blindados para uso dos 11 ministros, segundo apurou o *Estado/Broadcast*. O contrato deverá ter teto de R\$ 3,206 milhões – vence a proposta de menor valor na concorrência, que será feita por pregão eletrônico.

O edital, que deve ser lançado na próxima semana, prevê a compra de carros sedã de grande porte, sem especificar marca – os R\$ 3,2 milhões são uma estimativa baseada em preços do mercado.

Os ministros não costumam utilizar carros blindados para se locomover no Distrito Federal, mas apenas no Rio de Janeiro e São Paulo, onde têm à disposição veículos alugados à prova de balas. Brasília tem índices de violência menores na comparação com as duas cidades. Segundo uma fonte ouvida sob reserva, o STF já dispõe de alguns blindados, mas em baixa quantidade, e não necessariamente para ministros.

Ao assumir a presidência do STF, o ministro Dias Toffoli nomeou como assessor de seu gabinete o agora indicado pelo presidente eleito, Jair Bolsonaro, para o ministério da Defesa, general Fernando Azevedo e Silva.

Na época da nomeação, uma das responsabilidades atribuídas ao militar era a área de segurança.

Ao longo do ano, foram registradas ameaças a alguns dos magistrados. Em abril, o Supremo ampliou de cinco para sete o efetivo à disposição no Paraná para a segurança do ministro relator da Lava Jato, Edson Fachin, após ele relatar ameaças a familiares. Em outubro, a ministra da Corte e presidente do Tribunal Superior

Eleitoral, Rosa Weber, também foi alvo de ameaças, que motivaram a abertura de investigação.

Segundo dados de maio, o Supremo gasta R\$ 24 milhões por ano com empresas de segurança privada – R\$ 12 milhões com guarda-costas armados dos 11 ministros e o restante com um contrato de vigilantes da sede em Brasília.

17 NOV 2018

## O ESTADO DE S. PAULO

### Bolsonaro apresenta defesa ao TSE

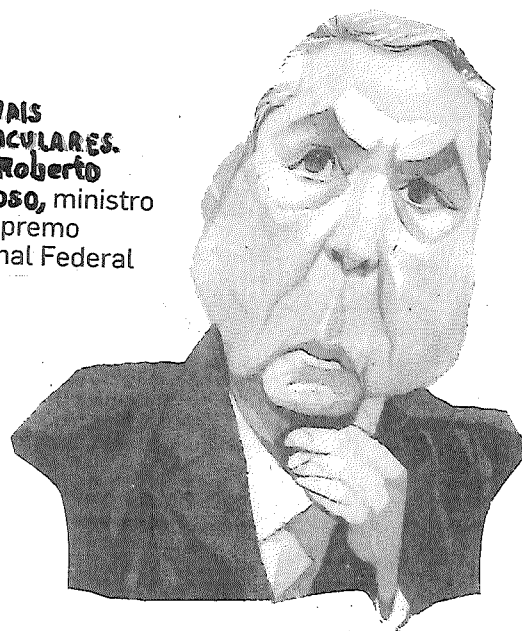
A defesa do presidente eleito, Jair Bolsonaro, apresentou ontem manifestação ao ministro Luís Roberto Barroso para esclarecer as 23 irregularidades e indícios de omissão apontadas nos gastos de sua campanha.

Entre as falhas encontradas pela Assessoria de Exame de Contas Eleitorais e Partidárias (Asepa) do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) estão a falta de um cadastro prévio da empresa AM4, que teria recebido doações para a campanha do presidente eleito via financiamento coletivo. Um dos contratos da AM4 analisados pela corte eleitoral diz respeito à plataforma Mais Que Voto, para o recebimento das doações pela internet.

Na manifestação, a defesa de Bolsonaro alega que a campanha firmou contrato com a AM4 para o licenciamento e instalação da Mais Que Voto no próprio site da campanha do PSL e que o desenvolvimento conjunto da plataforma foi feito pela AM4, Aixmobil e Ingresso Total. Segundo os advogados de Bolsonaro, a Aixmobil seria a responsável pelos arranjos de pagamento, e não a AM4.

“O detalhamento dessas doações já foi apresentado no SP-CE (Sistema de Proteção de Contas Eleitorais). Todas as NFs relativas à taxa administrativa foram expedidas pela Aixmobil e também já foram apresentadas”, afirma a defesa do presidente eleito. /TEO CURY

● SINAIS  
PARTICULARES.  
Luís Roberto  
Barroso, ministro  
do Supremo  
Tribunal Federal



19 NOV 2018

# O ESTADO DE S. PAULO

## A ordem e a lei



As eleições deste ano mostraram que o discurso em prol da ordem encontrou ressonância em parte expressiva do eleitorado. A mensagem foi clara: o cidadão está cansado da falta de autoridade que se vê em tantas áreas da vida nacional. Nos últimos anos, com especial destaque para o período em que o PT esteve no governo federal, houve uma espécie de concessão deliberada à baderna, à desordem e à violência. Essa ode à bagunça, que antes estava restrita a alguns guetos de grandes cidades, acabou espalhando-se pelo País.

O desrespeito à autoridade, em vez de receber a devida correção, ganhou aplausos de muitas pessoas investidas de múnus público. Ficou notório o caso, ocorrido em fevereiro de 2014, de militantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) que, um dia depois de terem entrado em confronto com a Polícia Militar, foram recebidos pela então presidente Dilma Rousseff no Palácio do Planalto. É em relação a esse tipo de postura, que faz vista grossa à lei quando lhe convém, que o cidadão se mostrou indignado nas urnas.

Assegurar a ordem é, em primeiro lugar, fazer com que a lei seja cumprida. É preciso resgatar o valor do cumprimento da lei para uma convivência harmoniosa e pacífica, bem como para o desenvolvimento econômico e social do País. A transigência com a ilegalidade produz insegurança jurídica, propicia ocasiões de impunidade e alimenta situações de violência e abuso. Não há progresso sem lei.

O respeito à lei envolve todo o Estado, nas esferas federal, estadual e municipal. O cidadão não deseja que criminosos fiquem impunes, muito menos que recebam aplausos. Também almeja, por exemplo, voltar a andar com tranquilidade pela calçada de seu bair-

ro ou a circular com segurança pelas ruas e estradas. A população não se sente livre se vive acoçada pelo crime – e é esse, infelizmente, o sentimento que viceja em muitos lugares do País.

No resgate do respeito à lei, o Poder Judiciário tem papel de especial importância. São os juízes e tribunais que aplicam a lei no caso concreto e podem, com o seu ofício, promover uma maior ou menor obediência aos mandamentos legais. Infelizmente, em muitos casos, a Justiça contribuiu para uma excessiva flexibilização do que dispõe a lei, com interpretações criativas que vão muito além do conteúdo legal aprovado pelo Legislativo.

A fiel observância do ordenamento jurídico é decorrência direta dos princípios da igualdade e da legalidade, fundamentais em um Estado Democrático de Direito. Todos são iguais perante a lei e a lei vale para todos, sem exceções. A circunstância de que alguém ocupe um cargo público – que é sempre transitória, basta ver que não existem cargos públicos vitalícios no País – não o desobriga ou atenua o dever de cumprir a lei. Ao contrário, o posto público exige de quem o ocupa uma obediência à lei ainda mais estrita.

Assegurar a ordem é, portanto, também respeitar as esferas institucionais de cada Poder e de cada função pública. Não há ordem se o Supremo Tribunal Federal (STF) invade, por exemplo, a competência do Poder Executivo, simplesmente porque um ou outro juiz discorda de um ato do presidente da República. O mesmo vale, obviamente, para o Executivo e o Legislativo, bem como para o Ministério Público. O combate à criminalidade não autoriza extrapolar as esferas de atuação de cada órgão ou descumprir os ritos e garantias processuais.

O respeito à lei pelos agentes do Estado é condição necessária para que haja ordem no País. Por isso, seria um grande equívoco entender o anseio pela ordem, manifestado nas urnas, como uma autorização para algum tipo de autoritarismo, seja em qual esfera for. Não cabe ao Judiciário, em razão de uma suposta impunidade histórica, minimizar direitos e garantias individuais. Como não cabe ao Executivo entender que, para agradar à parcela do eleitorado, poderia ir além do que a lei permite. Ações assim só agravariam a desordem. O que o País espera é um novo patamar de ordem, que vem tão somente pelo cumprimento da lei.

19 NOV 2018

# O ESTADO DE S. PAULO

## Por voto impresso, empresa cobra R\$ 21,5 mi do TSE

Fornecedora que venceu licitação teve contrato suspenso após Supremo derrubar exigência nas eleições de 2018

**Paula Reverbel**

A empresa contratada pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) para fornecer os equipamentos do voto impresso cobra uma indenização de ao menos R\$ 21,5 milhões da Corte. Ela reivindica o pagamento a título de ressarcimento por prejuízo após a suspensão do contrato.

O contrato com a CIS Eletrônica da Amazônia – que havia vencido em abril o pregão da Justiça Eleitoral e ficou de entregar 30 mil conjuntos de impressão de votos por R\$ 57,5 milhões – foi suspenso depois que o Supremo Tribunal Federal (STF) derrubou o voto impresso para as eleições de 2018.

A decisão ocorreu em junho. A CIS afirma que dois meses antes já havia começado a fazer os investimentos necessários para entregar os equipamentos.

“A licitação foi no começo do ano e tinha prazo muito curto para execução. Fizemos um chamado para toda a nossa cadeia de fornecedores porque a eleição tinha data, não tinha como a gente atrasar”, disse ao Estado Sadao Isuyama, proprietário da CIS.

Depois que o contrato foi suspenso, a área técnica do TSE analisou a demonstração de gastos entregues pela empresa e reconheceu, em ofício de agosto, que o caso é “passível de indenização”.

A lei das licitações obriga órgãos públicos a indenizar empresas pelo que foi gasto em caso de cancelamento de contrato.

**Salários.** Os funcionários da CIS Eletrônica estão com o salário atrasado há dois meses, de acordo com ata de uma assembleia na empresa. Segundo o documento, assinado pelo diretor do sindicato dos Metalúrgicos do Amazonas, Messias Costa Zanês, a direção da empresa atribuiu o atraso ao entrave com o TSE.

Isuyama afirmou ao Estado que a empresa ainda enfrenta outras dificuldades, como pressão de fornecedores e a ausência de crédito.

“A situação de atraso de pagamento a fornecedores, funcionários e prestadores de serviços chegou ao limite, com ameaças de pedido de falência da empresa”, escreveu ele ao TSE no final de agosto, pedindo pagamento imediato da parte da dívida que já havia sido reconhecida. “Os custos de multas, atrasos e armazenamento se avolumam, inflando a responsabilidade extracontratual muito acima dos valores a serem cobertos pelo TSE”, completou.

A empresa pede que o contrato seja formalmente rescindido para que ela possa receber a indenização. No final de setembro, Isuyama foi informado pelo TSE que o processo estava com a presidente da Corte, Rosa Weber, para estudo e deliberação.

No sistema de acompanhamento do TSE, o contrato com a CIS Eletrônica ainda consta como “vigente”.

Procurado pelo Estado, o TSE informou que “procedeu à apuração de eventual valor a ser indenizado, em caso de rescisão do contrato”, mas que houve controvérsia quanto aos valores apresentados pela empresa.

Diante disso, enviou o caso à Advocacia-Geral da União (AGU) no final de outubro.

“Atualmente, a questão é analisada pela Câmara de Conciliação e Arbitragem da Administração Federal.”

**Sem definição.** O Supremo derrubou em junho, por oito votos a dois, o voto impresso nas eleições de 2018, atendendo a pedido da Procuradoria-Geral da República (PGR). Para os procuradores, a medida colocaria o sigilo do voto em risco.

Com isso, os ministros suspenderam artigo da minirreforma eleitoral de 2015 que determinou a impressão do voto para eventual checagem dos resultados da disputa eleitoral.

Como os ministros ainda não se manifestaram sobre o voto impresso nas eleições seguintes, a questão não foi julgada de maneira definitiva.

Em março, a Justiça Eleitoral chegou a aprovar uma resolução sobre o voto impresso e optou pela compra escalonada. Impressoras seriam acopladas a 30 mil urnas neste ano e a mudança total ocorreria até 2028.

## ADALBERTO XISTO PEREIRA

Novo presidente do TJ-PR pretende investir em tecnologia

Eleito no último dia 12, o desembargador Adalberto Jorge Xisto Pereira assume a presidência do TJ-PR (Tribunal de Justiça do Paraná) em fevereiro de 2019 e ficará no cargo até o fim de 2020. Na magistratura desde junho de 1990, Xisto atuou no interior do Paraná e é desembargador desde setembro de 2008. Também foi corregedor, vice-presidente e presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná. À frente do TJ-PR, pretende investir em tecnologia e trabalhar com conscientização.

### Quais os seus principais objetivos na presidência do Tribunal de Justiça?

Pretendo trabalhar bastante com a tecnologia da informação, mecanismos de inteligência artificial para auxiliar na prestação da tutela jurisdicional. Não que isso retire o poder do juiz, que possa ser interpretado com um ferimento à independência do juiz. É em relação a demandas repetitivas, procedimentos que são iguais, para que a própria tecnologia detecte isso e avise o juiz, para que a decisão seja mais rápida e com menos trabalho.

### Hoje já há os processos digitalizados; em que outras áreas isso pode ser útil?

A princípio é em relação às demandas repetitivas e demandas que são semelhantes. Por exemplo, relacionadas com execução fiscal, que são demandas que dificilmente o fluxo ou a decisão fogem de determinada decisão. A tecnologia pode detectar isso para auxiliar o juiz na decisão.



### O senhor falou em reduzir custos, mas 92% do orçamento do Tribunal está empenhado com a folha de pessoal. Onde é possível avançar?

Esse é um problema sério, não só do Paraná, mas de todo o Brasil, e não só do Poder Judiciário, mas do Executivo e do Legislativo também. E o Judiciário é um poder prestador de serviços. Esse é um problema que nós teremos. Um cuidado que devemos ter é em relação às contratações, não criarmos com o tempo muitos cargos, para que adiante não tenhamos problemas mais graves de orçamento.


### Há alguma área em que possa haver cortes?

Temos que verificar com o tempo, na medida em que haja vacância, se há necessidade mesmo de contratação. Dependendo de como estará o andamento dos serviços, se há necessidade de contratar outro servidor ou não, se abriremos concurso ou não, se é possível criar cargos com menores custos. Isso é uma situação para o futuro, para os próximos administradores também.

### O senhor tem demonstrado preocupação com o excesso de demandas judiciais. Como conscientizar a população a respeito disso?

Temos que conscientizar a população, é preciso que as pessoas respeitem o direito das outras. Se não houver respeito, é evidente que isso vai desembocar no Judiciário.

### Uma de suas metas é fazer uma administração itinerante. Como vai funcionar?

Isso foi apresentado durante a campanha. Procurei fazer reuniões setoriais com servidores, magistrados, promotores e advogados, para discutir os problemas e para que os solucionemos rapidamente. Vamos levar os servidores para trabalhar com essas pessoas. 

15 NOV 2018

# FOLHA DE LONDRINA

## INFORME

### **Livro sobre a Lava Jato**

Escrito pelo procurador do Ministério Público Rodrigo Chemim, o livro "Mãos Limpas e Lava Jato: A corrupção se olha no espelho" (Editora Citadel, 320 páginas, R\$ 44,90) será lançado em nova edição no próximo dia 20, às 19h30, no Centro Universitário Curitiba (Unicuritiba), na capital. A obra traz um apêndice inédito com os dados mais importantes sobre a prisão do ex-presidente Lula e as evidências que levaram à sua condenação. Doutor em Direito do Estado, o autor detalha a metodologia e as perspectivas empregadas tanto na Lava Jato quanto na Operação Mãos Limpas, deflagrada na Itália nos anos 1990 e que inspirou a investigação brasileira.

### **CLAUDIO HUMBERTO**

### **LRF proíbe o aumento bilionário no Judiciário**

Com base no Artigo 21 da Lei de Responsabilidade Fiscal, o presidente Michel Temer pode vetar o aumento de 16% autoconcedido a ministros do Supremo Tribunal Federal e aprovado pelo Senado. A LRF prevê ser "nulo de pleno direito" ato que eleve gastos com pessoal e tenha sido expedido nos 180 dias anteriores ao final do mandato. Para valer em 2019, o aumento deveria ter sido aprovado até 5 de julho de 2018. O problema é que eles, os beneficiados, são os que julgam a questão.

### **Sempre foi assim**

Os últimos aumentos dos ministros do STF, em 2012 e 2014, para serem válidos, tiveram de obedecer às determinações da LRF.

### **Suspeição coletiva?**

Adivinha quem vai julgar a ação do Movimento Brasil Livre pedindo a suspensão do aumento com base na LRF? Isso mesmo, o STF.

### **STF não se entende**

Para Mario Neto, jurista do instituto Fiducia, além da LRF há violação de "entendimento do STF do princípio da moralidade administrativa".

15 NOV 2018

## FOLHA DE LONDRINA

# Dodge diz não ter prazo para concluir análise do inquérito dos Portos

**Brasília** - A procuradora-geral da República (PGR), Raquel Dodge, disse nesta quarta-feira (14) que não tem prazo para concluir a análise do inquérito dos Portos e decidir se apresenta ou não uma denúncia contra o presidente Michel Temer. O inquérito apura se houve favorecimento a empresas do setor portuário na edição de um decreto de 2017.

A Polícia Federal indiciou Temer pelos crimes de corrupção passiva, lavagem de dinheiro e organização criminosa na investigação. Ao todo, 11 pessoas foram indiciadas pela Polícia Federal (PF).

“Desde que eu recebi (o inquérito), está em análise. Não tem prazo para eu concluir a análise, não. O inquérito é muito extenso, estou examinando”, disse Raquel Dodge a jornalistas, ao chegar para acompanhar a sessão plenária do Supremo. O inquérito chegou à PGR em 16 de outubro.

Além de Temer, foram indiciados pela PF Maristela de Toledo, filha do presidente, o ex-deputado federal Rodrigo Rocha Loures (MDB-PR), o coronel reformado da Polícia Militar João Baptista Lima Filho (amigo do presidente conhecido como coronel Lima) e a arquiteta Maria Rita Fratezi (mulher do coronel), além de executivos da Rodrimar e do grupo Libra no âmbito das investigações.

No dia 23 de outubro, Barroso negou um pedido da defesa do presidente para anular o indiciamento de Temer. Para Barroso, não há fundamento válido para vedar a possibilidade de a PF indiciar autoridades com prerrogativa de foro.

O presidente Michel Temer já foi alvo de duas denúncias apresentadas pelo então procurador-geral da República Rodrigo Janot, no âmbito da delação do grupo J&F. Essas denúncias foram barradas pela Câmara dos Deputados, ficando suspensas durante o período em que Temer ocupou o Palácio do Planalto.

15 NOV 2018

FOLHA DE LONDRINA

# Lula diz em depoimento que prisão dele era um 'prêmio'

**Em seu primeiro interrogatório desde a prisão, ex-presidente nega à juíza substituta de Moro ter participado das reformas do sítio em Atibaia**

Curitiba - Após quase três horas, com intervalo, terminou pouco antes das 18h desta quarta-feira (14) o interrogatório do ex-presidente Lula na Justiça Federal do Paraná - o primeiro depois de sua prisão e o primeiro à juíza substituta de Sergio Moro, Gabriela Hardt. Durante o interrogatório, Lula afirmou que sua prisão era "um prêmio" na Operação Lava Jato. "Só não sei para quem", declarou.

O ex-presidente não chegou a falar da indicação de Moro ao ministério da Justiça, nem do resultado das eleições.

Mas fez críticas ao PowerPoint do procurador Deltan Dallagnol, utilizado na apresentação da primeira denúncia contra ele, e ao processo judicial durante suas considerações finais, no que foi brevemente repreendido pela juíza Hardt. Ela pediu ao petista que ele não estimulasse esse tipo de postura, de crítica ao Judiciário e ao processo legal.

Sobre as acusações, Lula declarou que não participou das reformas no sítio, nem conversou com empreiteiros sobre o tema. "Ele mentiu", disse, sobre Leo Pinheiro. O ex-presidente ainda afirmou que acha improvável que sua mulher, Marisa Letícia, tivesse pedido as obras aos proprietários do sítio ou aos empreiteiros. Antes dele, depôs também o pecuarista José Carlos Bumlai. Os dois são réus na ação sobre as reformas no sítio de Atibaia (SP), que era frequentado pelo ex-presidente - e que, segundo o Ministério Público Federal, pertencia de fato ao petista.

## TENSÃO

No começo da audiência, ao dizer que não sabia do que era acusado, Lula foi advertido pela juíza federal Gabriela Hardt para mudar o tom. No início da audiência, Lula disse não saber do que era acusado, ao ser perguntado pela juíza se ele sabia do que estava sendo acusado. "Eu gostaria de pedir se a

senhora pudesse explicar qual é a acusação." A juíza, que já atua como substituta de Moro nos processos da Lava Jato desde 2014, advertiu Lula depois dele falar que queria entender se ele era "o dono do sítio ou não?".

"É o senhor que tem que responder."

Hardt disse então: "senhor ex-presidente, esse é um interrogatório e se o senhor começar nesse tom comigo a gente vai ter problema. Então vamos começar de novo, eu sou a juíza do caso e eu vou fazer as perguntas que eu preciso para que o caso seja esclarecido para que eu possa sentenciá-lo ou algum colega possa sentenciá-lo. Então em um primeiro momento eu quero dizer que o senhor tem todo direito de ficar em silêncio, mas nesse momento eu conduzo o ato."

**CONTINUA**



# FOLHA DE LONDRINA

## CONTINUAÇÃO

15 NOV 2018

Lula pediu desculpas aos representantes do Ministério Público Federal no final da audiência, “não é pessoal”. Mas disse ficar muito irritado com “as mentiras do power point”, em referência à apresentação feita pela força-tarefa da denúncia contra o ex-presidente, em 2016. O ex-presidente disse que “era o troféu que a Lava Jato precisava entregar”. E disse que aos 73 anos não sabe se viverá até quando conseguir comprovar sua inocência.

Na ação do sítio, Lula e outros 12 réus são acusados de ocultarem propinas de contratos da Petrobras em reformas e compra de equipamentos para o imóvel. A Lava Jato entende que a propriedade é do ex-presidente, mas em nome de “laranjas”, mas o caso ainda está sob investigação e pode virar outra denúncia.

O ex-presidente, segundo a força-tarefa da Lava Jato, teria sido contemplado com propina de R\$ 1,02 milhão. O dinheiro seria de José Carlos Bumlai, relacionados a empréstimo fraudulento com o Grupo Schahin ao PT e negócios da empresa com a Petrobras, e da Odebrecht e da OAS, também decorrentes de contratos com a estatal.

O ex-presidente é acusado de 10 atos de corrupção e 44 atos de lavagem de dinheiro nesse processo. As reformas teria ocorrido entre os anos de 2010 e 2011 e depois entre 2013 e 2014 houve a compra e reforma da cozinha do imóvel. Tanto os delatores da Odebrecht como o ex-presidente da OAS José Aldemário Pinheiro, o Léo Pinheiro, confirmaram em juízo que executaram os serviços em benefício do petista.

16 NOV 2018

# FOLHA DE LONDRINA

## Com depoimento, Lula passa a ter duas ações em fases avançadas

São Paulo - O depoimento do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva na última quarta-feira (14) marca o encerramento de uma das últimas fases da ação penal do sítio de Atibaia, a terceira a que o petista responde em Curitiba. Com isso, o petista passa a ter dois processos próximos do momento decisivo na Justiça Federal do Paraná, além do que ele já está condenado e que tentará reverter em terceira instância, que trata do triplex de Guarujá (SP).

Na ação do sítio de Atibaia, Lula é acusado de corrupção e lavagem de dinheiro por meio de reformas e benfeitorias bancadas pelas empreiteiras OAS e Odebrecht na propriedade rural que ele frequentava no interior de São Paulo. Além do petista, são réus outros 12 acusados, incluindo os empreiteiros Léo Pinheiro, da OAS, Marcelo Odebrecht.

Lula foi acusado de corrupção e lavagem de dinheiro por ter se beneficiado, segundo a acusação, de benfeitorias que custaram R\$ 1,02 milhão em imóvel frequentado por ele e por seus familiares no interior de São Paulo. As reformas teriam sido feitas pelas empreiteiras OAS e Odebrecht. A ação foi

aberta por Sergio Moro em agosto de 2017.

Cinco dos réus são delatores da Odebrecht. Todos os acusados foram ouvidos entre a semana passada e esta quarta-feira, finalizando a fase de audiências com os acusados. Os interrogatórios ocorrem após a produção de provas com depoimentos de testemunhas de defesa e acusação.

A partir de agora, pode haver ainda diligências complementares até a abertura de prazo para alegações finais, que são a última manifestação de fôlego das defesas até a sentença que dirá se os réus serão considerados culpados.

Lula tem outra ação em estado ainda mais adiantado no Paraná. Nesse outro caso, ele é acusado de ser beneficiado pela Odebrecht mediante a compra de um terreno para o Instituto Lula, em São Paulo. Nesse processo, as defesas entregaram as alegações finais há duas semanas.

Diante disso, o processo do Instituto Lula estaria já prestes a ser sentenciado, mas a saída do juiz Sergio Moro deve atrasar a definição. Lula está preso desde abril em Curitiba em decorrência da condenação de 12 anos e 1 mês de prisão imposta pelo Tribunal Regional da 4ª Região em janeiro deste ano.

17 NOV 2018

18 NOV 2018

## FOLHA DE LONDRINA

### MILITÃO



#### **Novo presidente do TJ do Paraná**

*O desembargador Xisto Pereira foi eleito novo presidente do Tribunal de Justiça do Paraná, em pleito realizado no último dia 13, segunda-feira. O advogado Diego Aguilera lá esteve, pois é amigo pessoal do desembargador Pereira. O prefeito Marcelo Belinati também é grande amigo do desembargador e enviou-lhe cumprimentos pela eleição. O desembargador disse que assim que puder fará uma visita a Londrina, cidade que ele gosta muito. Diego está na foto como novo presidente do TJ do Paraná.*

# FOLHA DE LONDRINA

# Sucessão de Moro na Justiça Federal deve durar cerca de um mês

Pedido de exoneração do futuro ministro da Justiça e Segurança Pública foi aceito pelo presidente do TRF-4 e será consumado nesta segunda

17 NOV 2018

18 NOV 2018

São Paulo - Após a saída de Sérgio Moro da 13ª Vara Federal Criminal de Curitiba - ele foi exonerado nesta sexta-feira (16) pelo presidente do Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF-4), desembargador Thompson Flores -, a cadeira do juiz da Lava Jato fica vaga até a conclusão do

Os juízes que pretendem concorrer à vaga de Moro deverão apresentar interesse nos próximos dez dias. O candidato deve ser escolhido pelo critério de antiguidade: primeiro, o tempo de trabalho como juiz federal da 4ª Região, depois, o tempo em que o candidato exerceu o cargo de juiz federal substituto e, por fim, o critério de classificação

A saída de Moro não leva a redistribuição dos processos da Lava Jato, que continuam sob competência da 13ª Vara Federal de Curitiba.

A deliberação sobre o pedido de remoção cabe ao Conselho de Administração do TRF-4. O ato de remoção é expedido pelo Presidente da Corte e publicado no Diário Eletrônico da Justiça Federal da 4ª Região.

“

*Destaco meu orgulho pessoal de ter exercido durante 22 anos o cargo de juiz federal”*

concurso de remoção, cujo edital deverá ser publicado nos próximos dias no Diário Oficial da União. A saída de Moro será válida a partir desta segunda-feira (19).

A remoção é um concurso interno entre magistrados da Justiça Federal da 4ª Região, na qual Moro estava lotado. A 4ª Região compreende os Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

no concurso público.

O processo de seleção para o substituto de Moro deve durar cerca de um mês. Até lá, os processos serão conduzidos pela juíza substituta de Moro, Gabriela Hardt, que na última quarta-feira (14) interrogou o ex-presidente Lula na ação penal do sítio de Atibaia, na qual o petista é réu por corrupção passiva e lavagem de dinheiro.

## EXONERAÇÃO

Sérgio Moro deixará a magistratura oficialmente nesta segunda-feira para assumir o “superministério” de Justiça e Segurança Pública do governo Jair Bolsonaro (PSL) em janeiro. No documento apresentado ao tribunal, em que pediu a exoneração, Moro relatou que aceitou assumir o ministério a partir de janeiro do ano que vem e respondeu as críticas de sua participação na transição enquanto ainda permanecia oficialmente como juiz federal. “Houve quem reclamasse que eu, mesmo em férias, afastado da jurisdição e sem assumir cargo executivo, não poderia sequer participar do planejamento de ações do futuro governo”, afirmou.

CONTINUA

# FOLHA DE LONDRINA

## CONTINUAÇÃO

17 NOV 2018

18 NOV 2018

Segundo Moro, a decisão de permanecer na magistratura até a posse seria para dar cobertura previdenciária aos seus familiares em “caso de algum infortúnio”. “Embora a permanência na magistratura fosse relevante ao ora subscritor por permitir que seus dependentes continuassem a usufruir de cobertura previdenciária integral no caso de algum infortúnio, especialmente em contexto no qual há ameaças, não pretendo dar azo a controvérsias artificiais, já que o foco é organizar a transição e as futuras ações do Ministério da Justiça.”

“Assim, venho, mais uma vez registrando meu pesar por deixar a magistratura, requerer a minha exoneração do honroso cargo de juiz federal da Justiça Federal da 4ª Região, com efeitos a partir de 19/11/2018, para que eu possa então assumir de imediato um cargo executivo na equipe de transição da Presidência da República e sucessivamente ao cargo de Ministro da Justiça e da Segurança Pública”, declarou Moro.

“Destaco meu orgulho pessoal de ter exercido durante 22 anos o cargo de juiz federal e de ter integrado os quadros da Justiça Federal brasileira, verdadeira instituição republicana”, finalizou.

17 NOV 2018

18 NOV 2018

## FOLHA DE LONDRINA

### OPINIÃO DO LEITOR

#### **A figura do advogado**

Lamentáveis as manifestações do presidente do STJ, João Otávio de Noronha que, em evento no TRF-2 (SP), afirmou que o novo CPC foi feito para dar honorários para advogados e que a OAB fez lobby pelo art. 85 (que fixa limites). Disse ele que há um movimento no Brasil para que o povo dê emprego ao advogado. Lamentável que um dos maiores tribunais das Américas tenha um presidente com esse sentimento, mesmo porque o referido ministro é da cota da OAB, ou seja: indicado pela entidade para ocupar cargo no STJ. Ele menospreza a profissão, necessária à Justiça e não o inverso; e que o advogado tem sua sobrevivência auferida pelos honorários fixados em tabela da OAB, não consistindo esses valores como proteção como quer ele, de forma infeliz, fazer crer. Se assim o for, também ministros estariam sob suspeita quando em causa própria sugerem valorização de seus cargos com inúmeros penduricalhos.

CARLOS HENRIQUE SCHIEFER (advogado) - Londrina

# FOLHA DE LONDRINA



CLAUDIO HUMBERTO

19 NOV 2018

**O foco é organizar a transição e as futuras ações do Ministério<sup>11</sup>**

*Sérgio Moro*, futuro ministro da Justiça, sobre seu pedido de exoneração ao TRF-4

## **Lei acaba com reconhecimento de firma em cartórios**

Está em vigor desde outubro a Lei 13.726/2018, que acabou mais uma vez o reconhecimento de firma e autenticação de fotocópias, além de livrar o cidadão da exigência de apresentar documentos ou declarações que o governo já tem em seu poder. O lobby inescrupuloso dos cartórios tornou letra morta a extinção dessas mesmas exigências, no governo João Figueiredo, quando Hélio Beltrão foi ministro da Desburocratização, entre 1979 e 1983. Pouco a pouco, tudo voltou.

## **Indústria bilionária**

A “indústria da desconfiança” rendeu aos cartórios R\$ 15,7 bilhões retirados do bolso dos brasileiros somente em 2017.

## **Inacreditável**

O cidadão era obrigado a deixar algum para que os espertos, em troca de um carimbo, atestassem que sua assinatura era mesmo dele.

## **Proposta cumprida**

A lei 13.726 foi proposta no Senado e incorpora iniciativas do presidente da República, Michel Temer.

## **Vida mais fácil**

A lei também impede que órgãos exijam do cidadão a apresentação de certidão ou documento expedido por outro órgão do mesmo Poder.

## **OPINIÃO DO LEITOR**

### **Judiciário cala a arrogância**

No interrogatório sobre o sítio de Atibaia (14/11), Lula foi surpreendido pela condução do ato processual, sob a responsabilidade da juíza substituta, Gabriela Hardt. Foi severamente repreendido ao tentar interrogá-la sobre a propriedade do sítio. A juíza salientou em tom firme e definitivo, que ela conduziria o ato processual, e ele responderia os questionamentos, quando indagado. Basicamente, como em outros depoimentos, Lula tentou justificar a sua inocência, alegando fundamentalmente que, “não sabia de nada”, ou “foi a Marisa”. O ponto relevante do ato processual, sem dúvida, foi a impressionante capacidade, competência, coragem e postura profissional da magistrada, dra. Gabriela Hardt, que, seguindo exatamente o que determina a legislação processual penal, calou a arrogância.

Roberto Delalibera (advogado) - Londrina

19 NOV 2018

## JORNAL DO ÔNIBUS

### Presidente do TRF4 formaliza saída de Sergio Moro

O presidente do Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4), desembargador Thompson Flores, assinou na sexta-feira (16) a exoneração do juiz federal Sérgio Moro, da 13ª Vara Federal de Curitiba, responsável pelos processos da Operação Lava Jato em 1º grau. O pedido foi encaminhado por Moro, convidado para assumir o Ministério da Justiça no governo do presidente eleito, Jair Bolsonaro.

Thompson Flores recebeu na manhã desta sexta-feira (16) o pedido de exoneração. O prazo de vigência da medida é a partir de segunda-feira (19).

Moro argumentou que pretende “organizar a transição e as futuras ações do Ministério da Justiça”. “Houve quem reclamasse que eu, mesmo em férias, afastado da jurisdição e sem assumir cargo executivo, não poderia sequer participar do planejamento de ações do futuro governo”, diz o juiz no pedido.

O juiz federal citou seu orgulho por ter exercido a magistratura por mais de duas décadas. “Destaco meu orgulho pessoal de ter exercido durante 22 anos o cargo de juiz federal e de ter integrado os quadros da Justiça Federal brasileira, verdadeira instituição republicana.” ■

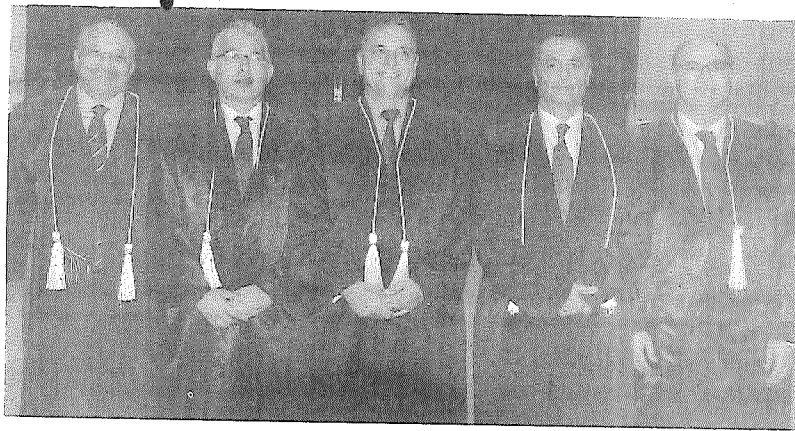


19 NOV 2018

## INDÚSTRIA E COMÉRCIO

RUY BARROZO

### RB | Eleitos do TJ



O Tribunal de Justiça do Paraná tem nova cúpula, eleita para o biênio 2019/2020, que tomará posse no dia 1º de fevereiro.

Pela ordem: desembargador José Augusto Aniceto – corregedor-geral, desembargador

Wellington Emanuel Coimbra de Moura – 1º vice-presidente, desembargador Adalberto Jorge Xisto Pereira – presidente e o desembargador José Laurindo de Souza Netto – 2º vice-presidente.

19 NOV 2018

## INDÚSTRIA E COMÉRCIO

# Temer diz que decidirá "lá na frente" reajuste do STF

O presidente Michel Temer disse na quarta-feira que examina com "muito cuidado" o reajuste salarial para ministros do Supremo Tribunal Federal (STF). Segundo ele, só decidirá se vai sancionar ou vetar "lá na frente". Temer lembrou que tem até o dia 28 para tomar a decisão.

"Estou examinando este assunto com muito cuidado e só decidirei lá na frente. Vamos ver como fazemos. Temos até o dia 28 de novembro para a sanção", disse em Campinas, no interior de São Paulo, após inauguração do projeto Sirius, um acelerador de partículas.

O reajuste altera o subsídio dos 11 integrantes do STF e da atual chefe do Ministério Público Federal, Raquel Dodge, de R\$ 33,7 mil para R\$ 39 mil, e provoca um efeito cascata sobre os funcionários do Judiciário, abrindo caminho também para um possível aumento dos vencimentos dos parlamentares e do presidente da República.

O Senado aprovou o aumento no último dia 7. Alguns governadores, como o eleito do Rio de Janeiro, Wilson Witzel (PSC), disse ter receio do possível efeito cascata causado pelo reajuste.

O presidente eleito, Jair Bolsonaro, disse que o aumento era "inoportuno" e sugeriu o veto.

# FOLHA DE S. PAULO

JÂNIO DE FREITAS

15 NOV 2018

## Além do limite

A coragem cívica não é, historicamente,  
uma qualidade do alto Judiciário brasileiro

A sucessão de entrevistas e de outras presenças de generais no jornalismo comprova, por si só, a relevância preocupante dada pela opinião pública ao retorno dos militares à superfície política.

Alguns deles, em especial o comandante do Exército e o vice-presidente eleito, esforçam-se para negar riscos inquietantes. Sem maior êxito. E não é provável que a desconfiança arrefeça no futuro governo.

Exemplo frequente dos motivos de preocupações, o pronunciamento do general Villas Bôas, na véspera de votação do Supremo decisiva para Lula, é assim explicado pelo autor: (...) "Um episódio em que nós estivemos realmente no limite", (...) "nós conscientemente trabalhamos sabendo que estávamos no limite, mas sentimos que a coisa poderia fugir ao nosso controle se eu não me expressasse".

A advertência do comandante do Exército contra a possibilidade de decisão favorável a Lula — ou não haveria motivo para a nota — não ficou "realmente no limite". Foi pressão explícita sobre os julgadores.

A coragem cívica não é, historicamente, uma qualidade do alto Judiciário brasileiro. Foi com isso que a decisão da nota contra "a impunidade" contou. Muito além do limite.

E este é, em síntese, o grande problema: a noção de limite é diferente para os civis e para os militares.

Os limites civis estão demarcados na Constituição e nas leis. As quais não admitem indução, não importa o seu sentido, de autoridade militar em decisão da Justiça civil.

Os limites de militares, em sua noção ainda vigente, estão sujeitos a fatores diversos, dependentes sobretudo da presença ou ausência de desenvolvimento político e consciência institucional.

15 NOV 2018

FOLHA DE S. PAULO

# Lula questiona Lava Jato, discute com juíza e nega crime ao depor sobre sítio

**Ao ser interrogado pela primeira vez como réu após ter sido preso, ex-presidente disse que ações são farsa e que se considera um troféu**

CURITIBA E SÃO PAULO O ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva atacou a Lava Jato, entrou em discussões com a juíza substituta de Sergio Moro e negou ter recebido vantagens indevidas de empreiteiras em interrogatório nesta quarta (14) no processo no sítio de Atibaia (SP).

Foi a primeira vez que Lula depôs como réu após ter sido preso em abril por ter sido condenado por corrupção e lavagem de dinheiro no processo do triplex de Guarujá. Ele nega as acusações.

Também é a primeira vez que a juíza Gabriela Hardt, que substituiu Moro na 13ª Vara de Curitiba, interroga o ex-presidente. Durante o depoimento de quase três horas, ela e Lula se confrontaram em diversos momentos.

“Eu me considero um troféu, que a Lava Jato precisava entregar. Eu disse ao juiz Moro que, pelo que aconteceu até agora, ele não teria outra alternativa a me condenar”, afirmou Lula à juíza no final do depoimento.

No processo, o ex-presidente é acusado de ter sido beneficiado indevidamente com reformas de R\$ 1,02 milhão das empreiteiras Odebrecht e OAS em imóvel frequentado por ele e por sua família no interior de São Paulo.

Lula é réu desde 2017 neste caso sob acusação de corrupção e lavagem de dinheiro.

Durante o depoimento, o ex-presidente disse que as ações que responde em Curitiba são farsas.

Ele afirmou que não sabia que as empreiteiras fizeram reformas no sítio e também disse duvidar que a ex-primeira dama Marisa Letícia, morta em 2017, pediu para que as empresas tocassem obras no local. “Eu não acredito que a dona Marisa tivesse efetivamente relação para pedir para uma empresa fazer obra”, disse.

Oficialmente, metade do sítio está no nome de Fernando Bittar, filho de Jacó Bittar, amigo que fundou o PT com Lula. A outra pertence formalmente ao empresário Jonas Suassuna. As reformas da Odebrecht foram reveladas pela Folha em 2016.

Lula afirmou que esteve no sítio pela primeira vez em 2011 para passar um fim de semana, ao saber que o sítio era de Jacó Bittar. Depois, passou a ir frequentemente ao local.

Questionado se foi oferecido a ele o quarto principal do imóvel, afirmou: “Isso era uma deferência que eu recebia, tanto lá na chácara quanto no palácio da rainha da Inglaterra, como no palácio da rainha da Suécia. Em vários

lugares que frequentei, inclusive no Kremlin”, disse.

O ex-presidente negou que tenha pedido reformas no sítio, e disse que jamais conversou com os empreiteiros Emílio Odebrecht ou Leo Pinheiro, da OAS, sobre o tema.

Desde o início, Lula afirmou que o acusaram de ser dono do sítio, o que ele contesta.

Isso provocou a primeira discussão entre o ex-presidente e a juíza Hardt.

Ela respondeu que o Ministério Público afirma que ele foi beneficiário das obras e que a acusação apenas perpassa a possibilidade de ele ser o dono, de fato, da propriedade.

Nesse momento, Lula subiu o tom. “Eu estou disposto a responder toda e qualquer pergunta. Eu sou dono do sítio ou não?”

“Isso o senhor que tem que responder, não eu. Eu não estou sendo interrogada nesse momento”, rebateu Hardt.

“Senhor ex-presidente, isso é um interrogatório e se o senhor começar nesse tom comigo, a gente vai ter problema”, afirmou a juíza.

**CONTINUA**

No fim do depoimento, o ex-presidente voltou a discutir com Hardt. Ao falar da acusação do triplex, em que ele foi condenado, diz que quando viu o Power Point que a força-tarefa da Lava Jato fez citando como o chefe do esquema de corrupção na Petrobras, pediu ao PT “que todos os filiados abrissem processo contra o Ministério Público”.

“O senhor está intimidando a acusação assim, senhor presidente, vamos mudar o tom. O senhor está instigando a acusação ao intimidar o Ministério Público, não vou permitir”, respondeu Hardt.

Houve, ainda, momento em que Lula afirmou que o doleiro e delator Alberto Youssef, que colaborou nos casos Banestado e na Lava Jato, era amigo de Sergio Moro. Ele foi novamente repreendido por Hardt.

“É melhor o senhor parar com isso”, pediu a juíza.

Em várias passagens do interrogatório, o ex-presidente negou que as obras feitas no sítio tivessem a finalidade de beneficiá-lo. Ele afirmou que não pediu nenhuma melhoria.

“Eu vou lá porque o dono do sítio me autorizou a ir lá, tá? Que bens pessoais que eu tinha no sítio? Cueca? Roupa de dormir? Sabe, isso eu tenho em qualquer lugar que eu vou. E nenhum empresário pode afirmar que o sítio é meu se ele não for meu.”

Já perto do fim da audiência, um dos advogados pediu licença para se retirar da sala, explicando que já havia afirmado que precisaria sair por causa de outro compromisso.

Lula então fez uma piada: “Me leva com você”.

A juíza, ao ouvir o pedido direcionado ao advogado, interveio: “Se o senhor quiser ficar em silêncio, também podemos encerrar. O senhor quer responder às outras perguntas ou quer encerrar?”

Lula ficou calado, e o depoimento prosseguiu.

No depoimento, Lula reafirmou desconhecer pagamentos de propina para o PT e detalhes a respeito da reforma do sítio de Atibaia.

“O que sei é o que a imprensa publica todo dia. Quando vejo na TV e nos jornais alguém dizer que havia uma conta no meu nome sem que eu soubesse, no mínimo achou que sou um imbecil.”

Também afirmou não ter conhecimento de notas relativas à obra encontradas pelo polícia em seu apartamento em São Bernardo do Campo.

“Olha, primeiro não sei se foram encontradas [em meu apartamento]. Estou sabendo disso agora. Nunca soube de nota de obra na minha casa.”

Disse, contudo, que sua mulher, Marisa Letícia, morta em fevereiro de 2017, poderia ter comprado alguns objetos para o sítio.

Em delação premiada, o empresário empresário Leo Pinheiro, da OAS, disse que a reforma do sítio e a do triplex de Guarujá foram custeadas por uma conta geral que a empreiteira tinha com o PT.

“Eu nego veementemente. Nego a existência dessa conta”, disse o ex-presidente. “Não sei quem fez essa reforma da cozinha”, afirmou.

“Se a reforma foi feita, entendendo que alguém pagou. Ou a Marisa ou Fernando [Bittar, proprietário legal do sítio] pagaram.”

“Eu não paguei. Não falei com eles sobre isso. Estamos falando de 2014. Não era mais presidente da República, nem disputava mais eleições. Sempre parti do pressuposto de que o cara fez um serviço, ele recebe pelo serviço”, disse.

Em depoimento na segunda, Bittar declarou que as reformas feitas na propriedade, para ele, estavam sendo pagas pelo petista e sua família — e não por empreiteiras.

Ao contrário de audiências passadas (este é o terceiro interrogatório de Lula na Justiça Federal do Paraná), o esquema de segurança foi reduzido, e apenas a praça em frente ao prédio foi interditada.

Cerca de 150 manifestantes em apoio a Lula se concentraram no local, e não houve confrontos. Estelita Hass Carazzai, José Marques, Rodrigo Delfim Borges, Joelmir Tavares e Marco Rodrigo Almeida

### ACÇÃO DO SÍTIO DE ATIBAIA

Lula virou réu em 2017 acusado de corrupção e lavagem de dinheiro.

A denúncia afirma que ele se beneficiou de benfeitorias que custaram R\$ 1,02 milhão em imóvel frequentado por ele e por seus familiares no interior de São Paulo. As reformas teriam sido feitas pelas empreiteiras OAS e Odebrecht

Além de Lula, também são réus Emilio e Marcelo Odebrecht, ambos ex-presidentes da empresa

Há ainda executivos da OAS e Odebrecht, o pecuarista e amigo do ex-presidente José Carlos Bumlai, o proprietário formal do sítio Fernando Bittar e o advogado Roberto Teixeira

Desde abril, o petista está preso em Curitiba por ter sido condenado pelos mesmos crimes em outro caso, o do triplex em Guarujá (SP)

15 NOV 2018

## FOLHA DE S. PAULO

### PAINEL DO LEITOR

#### **Reajuste para o STF**

Espanta-me, como advogado e professor de direito, ouvir um ministro da suprema corte afirmar que o resultado de um julgamento sob sua relatoria depende da aprovação de uma lei que trata do aumento salarial de Suas Excelências (“STF só votará fim de auxílio-moradia após Temer dar aumento”). Tal situação é constrangedora e reflete um pouco da imagem que a população tem do Judiciário brasileiro.

**Gabriel Henrique Santoro**  
(São Paulo, SP)

16 NOV 2018

# FOLHA DE S. PAULO

## Valor questionado no TSE soma 38% da receita declarada por Bolsonaro

### Técnicos apontaram inconsistências em proporção superior à de outras campanhas vencedoras; Barroso abriu prazo para resposta

Ranier Bragon  
e Letícia Casado

BRASÍLIA Os indícios de irregularidade apontados pelos técnicos do Tribunal Superior Eleitoral nas contas de Jair Bolsonaro (PSL) representam 38% das receitas e 7% das despesas declaradas pela campanha do presidente eleito.

Ao todo, a Assessoria de Exame de Contas Eleitorais e Partidárias do tribunal listou suspeitas sobre R\$ 1,6 milhão das receitas (38% do total) e R\$ 296 mil das despesas (12% do total).

Na terça (13) o ministro Luís Roberto Barroso, relator das contas de Bolsonaro, deu prazo de três dias corridos, a partir da notificação, para que a campanha do eleito se manifestasse sobre os problemas apontados pelos técnicos. Após isso, a assessoria do tribunal preparará seu parecer final, sugerindo aprovação, aprovação com ressalvas ou rejeição das contas. A palavra final cabe ao plenário do TSE, formado por sete ministros.

Em 2014, a área técnica do tribunal recomendou a rejeição das contas da então presidente reeleita Dilma Rousseff (PT) por irregularidades que correspondiam a 4% das receitas e 14% das despesas declaradas. O tribunal, ao julgar as contas, decidiu pela aprovação com ressalvas.

Mesmo assim, o caso foi o ponto de partida para uma Ação de Investigação Judicial Eleitoral que, em 2017, quase resultou na cassação da chapa, já com Michel Temer (MDB), vice de Dilma, no comando do país. O TSE arquivou o caso por estreita margem.

Eventual rejeição das contas de Bolsonaro não o impedirá de ser diplomado nem de tomar posse em janeiro.

No caso de desaprovação, as contas são encaminhadas ao Ministério Público Eleitoral para avaliar a proposição de ação de investigação judicial por abuso de poder econômico ou político.

Se as contas de um candidato são aprovadas com ressalva, o plenário do TSE também pode decidir encaminhar o caso para o Ministério Público. Independentemente disso, o procurador ou algum partido pode pedir investigação eleitoral.

Reportagens da Folha mostraram, antes do resultado da eleição, que a campanha de Bolsonaro havia omitido uma série de informações na prestação de contas parcial que os candidatos têm que apresentar na primeira quinzena de setembro. O mesmo problema foi apontado, agora, pelos técnicos do TSE na análise da prestação final.

Questão similar foi mencionada em 2014 pelo então ministro do TSE Gilmar Mendes, relator da prestação, como um dos motivos pelas ressalvas nas contas de Dilma.

“A obrigatoriedade de a prestação de contas parcial refletir a efetiva movimentação de campanha objetiva não apenas dar publicidade às campanhas (...), como decorreência lógica do princípio da transparência eleitoral, mas também possibilitar o efetivo controle das contas pela Justiça Eleitoral, devendo a análise ser diluída no curso da campanha, para que não tenhamos as tropelias que estão sendo apontadas”, disse o ministro em seu voto.

Entre os indícios de irregularidade nas contas de Bolsonaro, há divergências entre dados de doadores e o que consta no cadastro da Receita, despesas que tiveram nota fiscal emitida pelos prestadores, mas não foram declaradas pela chapa, e doações oriundas de fontes vedadas pela lei.

**CONTINUA**

16 NOV 2018

## FOLHA DE S. PAULO

### CONTINUAÇÃO

Trinta e três doadores listados pela campanha de Bolsonaro têm nome diverso nos cadastros da Receita.

Os técnicos do TSE apontaram vários doadores que seriam "permissionários", com valor total de R\$ 5.200 sob suspeita. Embora esse dinheiro represente apenas 0,1% das receitas declaradas pelo candidato, a legislação proíbe que candidatos recebam doação de pessoa física que exerça atividade comercial decorrente de permissão pública.

Apesar disso, em 2006, o então presidente Lula (PT) teve as contas de seu comitê financeiro rejeitadas pelo TSE por doação de fonte vedada. O valor correspondia a R\$ 10 mil, ou 0,01% de suas receitas.

O caso não teve maiores desdobramentos porque o Ministério Público Eleitoral considerou, à época, o valor irrisório em comparação com o total declarado pela campanha, sem potencial para comprometer o restante das contas.

### Advogada diz que análise preliminar não a preocupa

#### OUTRO LADO

A advogada Karina Kufa, responsável pela prestação de contas de Jair Bolsonaro, disse por meio de nota que as supostas inconsistências apresentadas pela área técnica do TSE "serão justificadas sem grande esforço e dentro do prazo estabelecido".

"Nenhum dos apontamentos nos causou preocupação e é completamente normal o órgão técnico se manifestar minuciosamente", afirmou.

Ela destacou que, em 2014, apesar de a área técnica do tribunal sugerir a desaprovação das contas de Dilma Rousseff, elas acabaram sendo aprovadas pelo TSE.

"As receitas de campanha de Dilma alcançaram R\$ 350 milhões, e os gastos, R\$ 350 milhões, que inclusive tinham origem em recursos públicos", disse.

"A campanha de Bolsonaro, além de não ter as mesmas irregularidades da campanha de Dilma Rousseff, contou com gastos módicos, como uma boa política deve ter, utilizando predominantemente de recursos privados, decorrentes de doações de pessoas físicas."

### Resultado do julgamento das contas dos últimos presidentes eleitos

2002

**Luiz Inácio Lula da Silva (PT)**

- Contas aprovadas com ressalvas
- Contas do comitê financeiro\* aprovadas

2006

**Luiz Inácio Lula da Silva (PT)**

- Contas aprovadas
- Contas do comitê financeiro\* rejeitadas

2010

**Dilma Rousseff (PT)**

- Contas aprovadas com ressalvas
- Contas do comitê financeiro\* aprovadas com ressalvas

2014

**Dilma Rousseff (PT)**

- Contas aprovadas com ressalvas
- Contas do comitê financeiro\* aprovadas com ressalvas

\* Não existe mais a figura do "comitê financeiro"



17 NOV 2018

FOLHA DE S. PAULO

# Decisão de Gilmar sobre planos é alvo de ações

## Ministro mandou suspender pagamento de correções de poupadores; advogados questionam ordem no Supremo

Larissa Quintino

SÃO PAULO O STF (Supremo Tribunal Federal) recebeu até esta sexta-feira (16) 58 petições com questionamentos sobre a decisão do ministro Gilmar Mendes de travar o pagamento da correção dos planos econômicos.

Como a Folha revelou na quarta-feira (14), Gilmar mandou suspender a execução das ações que correm na Justiça sobre as perdas registradas entre os anos 1980 e 1990 para estimular a adesão ao acordo com os bancos.

Ele é relator de uma das três ações que tratam da revisão dos Planos Bresser, Verão e Collor 2.

A decisão do ministro, de 31 de outubro e publicada no dia 7 de novembro, gerou polêmica e dúvidas entre poupadores e advogados. Eles pedem informações ou a reconsideração da ordem de Gilmar.

No recurso extraordinário do qual o ministro é relator, referente ao Plano Collor 2, há 23 embargos de declaração.

Nesse caso, Gilmar atendeu a um pedido do Banco do Brasil e da AGU (Advocacia-Geral da União) ao determinar a suspensão da execução dos pagamentos em ações que já garantiam na Justiça o direito ao poupador.

O banco e a AGU alegam que esses casos têm desestimulado a adesão dos poupa-

dores ao acordo firmado com os bancos e homologado pelo STF em março deste ano. A suspensão vale até fevereiro de 2020.

Entre os recursos protocolados por escritórios de advocacia e associações, a maioria pede o indeferimento da decisão do ministro em suspender os processos em execução e esclarecimentos sobre a abrangência da decisão.

Na decisão, o ministro diz que homologou o acordo coletivo que trata dos Planos Cruzado, Bresser, Verão, Collor 1 e Collor 2.

Ele ordena a paralisação de “todos os processos individuais ou coletivos, seja na fa-

se de conhecimento, seja na execução, que versem sobre a questão”.

De acordo com os recursos do Valera e Marcio Rosa Sociedade de Advogados, é preciso um esclarecimento pois a decisão está “genérica” pode “causar dúvida”.

Questionado sobre a questão, o STF diz que a decisão se refere ao Plano Collor 2. A AGU não se posicionou.

O escritório Marques e San Juan afirma que a decisão do ministro fere a Constituição Federal.

“O embargante pede que seja esclarecida a expressa violação à Carta Magna, uma vez que há ordem de suspensão de processos em execução com trânsito em julgado”, escreve no recurso.

Já o Utrera Sociedade de Advogados cita a decisão do ministro Ricardo Lewandowski, em uma ADPF (arguição de descumprimento de preceito fundamental), sobre o tema.

Na decisão de Lewandowski, que foi levada ao pleno do Supremo na homologação do acordo, não há suspensão das ações de acordos individuais e ações coletivas que já transitaram em julgado por causa da assinatura do acordo.

Na ADPF, há 13 manifestações contrárias à decisão de Gilmar. Em um recurso extraordinário que fala sobre as ações dos Planos Bresser (1987) e Verão (1990), há 22 petições contra a decisão.

“

O embargante pede que seja esclarecida a expressa violação à Carta Magna, uma vez que há ordem de suspensão de processos em execução com trânsito em julgado

recurso do Escritório Marques e San Juan

CONTINUA

17 NOV 2018

# FOLHA DE S. PAULO

## CONTINUAÇÃO

O processo está nas mãos da ministra Carmén Lúcia após Dias Toffoli assumir a presidência do tribunal.

Neste processo, há uma petição feita em 31 de outubro pela AGU e o Banco do Brasil para que haja a suspensão dos processos desses planos.

O pedido foi feito no mesmo dia em que Gilmar deu o despacho favorável ao banco e ao órgão do governo.

Nos outros dois recursos relacionados ao tema, que falam sobre o Plano Collor 1, não houve manifestação.

O Collor 1 foi o único plano que ficou de fora do acordo celebrado entre os bancos e poupadores pois já havia decisão anterior do STJ (Superior Tribunal de Justiça) em que as perdas haviam sido compensadas.

No fim de 2017, a AGU, a Febraban (federação dos bancos), a Febrapo (entidade dos poupadores) e o Idec (Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor) chegaram a um entendimento.

Quando o poupador adere ao acordo, ele encerra a ação na Justiça. Até terça-feira (13), 102.700 pessoas haviam feito a adesão, segundo a Febraban (federação dos bancos).

Com a suspensão dos processos em que já há vitória judicial, o poupador só vai receber o dinheiro após o prazo determinado por Gilmar.

## Perguntas e respostas

**O que foi decidido por Gilmar Mendes?** As ações individuais e coletivas ganhas pelos poupadores que transitaram em julgado e estavam apenas aguardando pagamento foram suspensas até fevereiro de 2020

**Antes da decisão de Gilmar já havia algo suspenso?** Todos os processos que tramitavam na Justiça e para os quais havia possibilidade de recurso

**O acordo de ressarcimento da poupança está valendo?** Sim. Entrou em vigor depois da homologação pelo STF e pode ser feito pelo site [www.pagamentodapoupanca.com.br](http://www.pagamentodapoupanca.com.br)

**O que acontece com a ação de quem aderir?** É extinta. Essa é a contrapartida prevista

**Até quando é possível aderir ao acordo?** Até dois anos depois da homologação. Segundo o calendário da Febraban, a última fase de adesão pode ser feita até março de 2020

**Tenho ação tramitando e não quero aderir ao acordo. O que eu faço?** O poupador não é obrigado a aceitar o plano. Mas, se após encerrado

o prazo previsto não for feita a adesão, não há o que fazer. O processo continuará s

## Como será o pagamento das perdas de planos econômicos

### ADESÕES

Haverá um sistema eletrônico para o cadastro e ele será feito de acordo com a idade do poupador para priorizar os mais idosos. Esse processo estará aberto três meses depois da homologação do acordo pelo Supremo Tribunal Federal e vai durar até dois anos

### DOCUMENTOS

Na adesão, o poupador terá de apresentar cópia da declaração do Imposto de Renda da época comprovando o número da conta poupança, o banco e o saldo na época. Também terá de permitir que o banco faça uma checagem da declaração junto à Receita Federal.

### CONTRAPARTIDA

Quando aderir, o poupador deve assinar um documento desistindo das ações judiciais

### PAGAMENTO

Os bancos só começarão a fazer os depósitos depois da validação dos documentos apresentados

17 NOV 2018

FOLHA DE S. PAULO

# Moro antecipa exoneração, e juiz sucessor deve ser escolhido no início de 2019

Futuro ministro de Bolsonaro, que estava em férias, afirma que não quer dar pretexto a contestações e deixa a Lava Jato após cinco anos

José Marques

SÃO PAULO O juiz federal Sergio Moro, indicado ao superministério da Justiça e Segurança Pública do governo Jair Bolsonaro (PSL), decidiu antecipar a sua saída da magistratura e pediu nesta sexta-feira (16) a exoneração do cargo.

O ato de exoneração foi expedido durante a tarde pelo presidente do TRF-4 (Tribunal Regional Federal da 4ª Região), Carlos Thompson Flores, e será válido a partir da segunda-feira (19).

Desde que aceitou fazer parte do novo governo, no fim de outubro, o juiz formalmente estava em férias.

No ofício em que solicita o desligamento, Moro afirma que pretendia fazer o pedido "no início de janeiro, logo antes da posse no novo cargo".

"Entretanto, como foi divulgado, houve quem reclamasse que eu, mesmo em férias, afastado da jurisdição e sem assumir cargo executivo, não poderia sequer participar do planejamento de ações do futuro governo", disse o futuro ministro, no documento.

Segundo o juiz, a antecipação foi feita para evitar "controvérsias artificiais", embora considerasse relevante continuar na magistratura até o fim do ano "por permitir que seus dependentes continuassem a usufruir de cobertura previdenciária integral no

caso de algum infortúnio, especialmente em contexto no qual há ameaças".

Quando anunciou que faria parte do governo Bolsonaro, Moro se afastou dos processos da Lava Jato e solicitou férias até o dia 21 deste mês, mas disse que depois tentaria renová-las até 19 de dezembro.

Com a exoneração, Moro passa a se dedicar integralmente à transição do governo e às futuras ações no ministério que chefiará.

Depois que o ato for publicado no Diário Oficial da União, será aberto um edital para que outro magistrado ocupe a titularidade da 13ª Vara Federal em Curitiba. Não há previsão para que isso aconteça.

Caso haja interesse de juízes federais titulares da 4ª Região, que engloba os estados da região Sul, o mais antigo a se candidatar ocupará o cargo.

Respectivamente, os três juízes federais mais antigos da 4ª Região, atualmente, são Luiz Antonio Bonat (Curitiba), Tais Schilling Ferraz (Porto Alegre) e Marcelo de Nardi (Porto Alegre). No total, há 233 magistrados titulares na região.

Após a publicação de um edital, os juízes interessados terão um prazo de dez dias para manifestar interesse. A projeção da Justiça Federal é que, a seguir, o processo de substituição dure cerca de um mês.

Caso nenhum juiz com status de titular se ofereça, o cargo ficará aberto a um magistrado com status de substituto que deseje ser promovido ao posto. Também é válido o critério de antiguidade.

Atualmente, os processos da Lava Jato na primeira instância do Paraná são tocados de maneira interina pela juíza substituta Gabriela Hardt, que também é integrante da 13ª Vara Federal.

Ela foi a responsável por interrogar nas últimas duas semanas os réus da ação penal sobre o sítio que o ex-presidente Lula frequentava em Atibaia (SP). Na última quarta-feira (14), o petista foi ouvido pela juíza e chegou a ser repreendido quando falou em processar integrantes do Ministério Público Federal.

O novo juiz à frente da Lava Jato no Paraná terá de decidir sobre uma série de questões que podem mudar os rumos da operação, como a manutenção de prisões preventivas e de acordos de colaboração.

Hoje, são cerca de 50 ações penais pendentes de julgamento relacionadas à operação na vara que era ocupada por Moro —esse cálculo inclui as que estão suspensas ou foram desmembradas.

**CONTINUA**

17 NOV 2018

## FOLHA DE S. PAULO

### CONTINUAÇÃO

No governo Bolsonaro, ele ficará responsável por uma pasta "turbinada", que além das estruturas da Justiça e Segurança Pública agregará parte do Coaf (Conselho de Controle de Atividades Financeiras), hoje subordinado ao Ministério da Fazenda.

O presidente eleito prometeu não fazer interferências nas atividades de combate à corrupção que serão tocadas pelo futuro ministro.

#### QUEM É SERGIO MORO

Juiz federal desde 1996, Sergio Moro, 46, estava à frente das ações da Lava Jato em Curitiba desde o início da investigação.

Condenou mais de 150 pessoas na operação, entre eles Lula, Eduardo Cunha e Sérgio Cabral

### Novo governo planeja trocar direção-geral da PF

BRASÍLIA O diretor-geral da Polícia Federal, Rogério Galloro, recebeu na semana passada a sinalização de que não vai continuar no cargo no novo governo de Jair Bolsonaro, que toma posse em janeiro.

Sergio Moro, escolhido para ser ministro da Justiça, está formando o grupo que vai levar a Brasília. Em conversas que tem feito, o novo ministro já deu indicações de que o perfil de sua equipe será de investigação.

Maurício Valeixo, atual superintendente da PF do Paraná, é um dos principais nomes de Moro, cotado para assumir o posto de diretor-geral da polícia. Os dois se conhecem há quase 15 anos e trabalharam juntos em diversos momentos. Valeixo foi peça-chave na intermediação da prisão do ex-presidente Lula, em abril.

Além de ter um perfil mais administrativo, Galloro tem pouca proximidade com Moro. O atual chefe da polícia é também membro do comitê executivo da Interpol.

Os superintendentes Luciano Flores, do Mato Grosso, e Erika Marena, de Sergipe, também são cotados para fazer parte do grupo de Moro.

Os dois atuaram na Lava Jato em Curitiba, próximos do juiz. Camila Mattoso

JOSÉ EDUARDO CARDOZO

# Moro deveria ter feito quarentena ética antes de ir para Executivo, diz Cardozo

Ao aceitar convite de Bolsonaro, juiz lança dúvidas sobre sua isenção, afirma ex-ministro petista

Walter Nunes

SÃO PAULO José Eduardo Cardozo diz ter encerrado a carreira política de 27 anos em 12 de maio de 2016, dia em que Dilma Rousseff (PT) foi afastada da Presidência da República. Ele inclui nessa trajetória, além dos cargos no Legislativo, a passagem de cinco anos pelo Ministério da Justiça.

É um contraponto à ideia defendida pelo juiz federal Sergio Moro, que diz que quando assumir o Ministério da Justiça, em janeiro, estará exercendo um cargo técnico. “Não existe cargo de ministro que não seja político. Um ministro tem que guardar uma relação com o governo e sua visão política”, diz Cardozo.

O ex-titular da pasta avalia que Moro, ao aceitar o convite do presidente eleito, Jair Bolsonaro (PSL), lança dúvidas sobre sua isenção na Operação Lava Jato. Para Cardozo, o magistrado deveria ter se imposto uma “quarentena ética” antes de ir para o Executivo.

Como o senhor viu a nomeação do juiz Sergio Moro para o Ministério da Justiça? O convite eu acho que o próprio presidente eleito, Bolsonaro, já há muito tempo falava que algo poderia ocorrer. Eu me lembro de que por volta de julho eu vi entrevistas do presidente eleito dizendo que iria

“

**Não existe cargo de ministro que não seja político. Um ministro tem que guardar uma relação com o governo. Ministro é governo e governo é político**

nomear o Sergio Moro para a Suprema Corte. O que me espantou não foi o convite, foi a aceitação. Eu imagino que o juiz Sergio Moro tomou decisões que diretamente influenciaram o processo eleitoral.

Eu poderia até remontar a situações anteriores, como a divulgação dos áudios de uma conversa entre a presidente Dilma Rousseff e o presidente Lula, a prisão decretada por ele do candidato que se encontrava em primeiro lugar nas pesquisas [Lula] e, mais recentemente, na véspera do primeiro turno, o juiz Moro utilizou um expediente jurídico para divulgar parcialmente a delação do ex-ministro [Antonio] Palocci, que já havia sido rejeitada na sua negociação pelo Ministério Público, que achava inconsistente e desacompanhada de provas. Aquilo atingia diretamente o partido político do presidente Lula.

Mas o senhor vê relação entre essas decisões e a eleição? Diante disso tudo o que imaginar? Que Moro, um defensor público da ética, defensor público da magistratura, ele sempre disse que não aceitaria nenhum cargo político porque isso poderia inclusive prejudicar o seu trabalho.

Para minha surpresa, e fiquei estupefato, ele aceita. E não só desdizendo tudo aquilo que ele vinha dizendo antes, mas colocando evidência sobre uma acusação que já existia há muito tempo contra ele, de que ele tomava decisões arbitrárias e que tinha motivação política.

Moro diz que o cargo é técnico, não político. Não existe cargo de ministro que não seja político. Um ministro tem que guardar uma relação com o governo e sua visão política.

Ocupei como ministro da Justiça um cargo político, porque eu era totalmente fiel ao programa de governo de Dilma Rousseff. Não é possível imaginar transformar o Ministério da Justiça num cargo técnico. Ministro é governo e governo é político. Eu acho que se está tentando dourar uma pílula que não tem possibilidade de ser dourada.

CONTINUA

Mas o senhor vê problema em ele assumir um cargo político? No fundo, ele está encontrando retoricamente uma maneira de dizer que o cargo é técnico para que ele possa se justificar diante daquilo que ele disse anteriormente.

Ele não só disse isso como também o presidente disse que ele poderia ser nomeado para a Suprema Corte. Ora, depois disso ele tomou decisões que influenciaram o processo eleitoral. É uma situação que exigia dele, no mínimo, uma quarentena ética. Alguém que influencia o processo eleitoral tem que se considerar impedido de assumir cargos de livre nomeação de um governo que foi eleito a partir de decisões que ele tomou. Isso é questão de moralidade.

Ele participar do governo suscita dúvidas sobre sua isenção na Lava Jato? Eu diria que as dúvidas já estavam colocadas antes da aceitação. Há muitos juristas brasileiros e estrangeiros dizendo que há várias decisões que não se sustentavam e que qualificavam arbitrio. No entanto se faz isso. Essa discussão do arbitrio já existia muito antes e agora se coloca uma outra dimensão, que seria a finalidade, a razão de ser de possíveis arbitrios.

O juiz Moro se defende dizendo que a Lava Jato atingiu vários partidos, não só o PT. É impossível que as investigações de corrupção não atingissem um espectro amplo da política brasileira. A corrupção não nasceu agora no Brasil. Ela é estrutural, histórica.

Agora, vamos olhar quantas prisões preventivas foram decretadas em relação a membros do PT durante tanto tempo, algumas delas, ao meu ver, sem justificativa, e outras que foram só recentemente decretadas em relação aos do PSDB.

Moro e Bolsonaro parecem divergir em alguns assuntos. Pode haver choque entre eles? Eu temo que isso vá acontecer em algum momento. Embora eu discordo muito da atuação judicial de Moro, eu acredito que ele tem visões mais acirradas das conquistas da civilização humana.

Acho eu que ele não defenderá o enquadramento de movimentos sociais em organizações terroristas, acho eu que ele não vai defender que um policial possa matar livremente qualquer pessoa, sem ser em legítima defesa, sem qualquer punição. Isso vai tornar inexorável que ou o presidente se submeta ao ministro da Justiça ou o ministro se submeta ao presidente.



## RAIO-X

José Eduardo Cardozo tem 59 anos. Formou-se em direito pela PUC-SP (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo) em 1981. É filiado ao PT desde 1980. No Legislativo, foi vereador de São Paulo de 1995 a 2002 e deputado federal de 2003 a 2010. No governo Dilma Rousseff, foi ministro da Justiça (de janeiro de 2011 a março de 2016) e advogado-geral da União (de março a maio de 2016). Foi advogado de Dilma no processo de impeachment perante o Senado

# FOLHA DE S. PAULO

## PAINEL

18 NOV 2018

### Escolha bem suas batalhas

A movimentação de membros da bancada bolsonarista na Câmara para revogar a medida que adiou a idade de aposentadoria compulsória dos ministros do Supremo de 70 para 75 anos foi classificada por integrantes da corte como um tiro no pé. Mesmo que o Congresso aprove a revisão da chamada PEC da Bengala, titulares do STF alardeiam desde já o entendimento de que a mudança só se aplicaria aos próximos indicados, e não aos que já compõem o colegiado.

**ESTAMOS JUNTOS** A resistência do Supremo a uma mudança nas regras de aposentadoria de seus ministros tem o amparo de magistrados do STJ. Esse grupo diz que os bolsonaristas precisam entender que a revogação da PEC da Bengala teria efeito no funcionalismo dos estados e criaria uma barafunda normativa.

**ESTAMOS JUNTOS 2** Dois ministros do Superior Tribunal de Justiça dizem que a revogação da proposta de emenda à Constituição sem uma regra de transição que garanta direito adquirido aos magistrados que já completaram 70 anos seria inconstitucional.

**MEU TEMPO** Apesar da demora do presidente Michel Temer em sancionar o aumento dos ministros do STF, integrantes da corte acreditam que ele o fará antes do prazo final, dia 28.

**ESPERESENTADO** Entidades de classe de juízes e do Ministério Público, porém, se organizam para pressionar o Supremo a postergar a análise do fim do auxílio-moradia para 2019.

**ESPERESENTADO 2** Esses grupos dizem que, como o reajuste só valeria para o ano que vem, não há motivo para derubar o auxílio agora. O fim do penduricalho foi prometido a Temer como uma contrapartida à concessão do aumento.

19 NOV 2018

FOLHA DE S. PAULO

# Pioneiros ficam de fora da nova onda de juízes na política

Magistrados aposentados e exonerados não voltaram a concorrer este ano

José Marques

SÃO PAULO “Chega dos mesmos!”, gritava o juiz aposentado Jamil Nakad na televisão, em meio a imagens de explosões atômicas. Candidato ao governo do Paraná em 1998, prometia que “a bomba da limpeza” chegaria ao estado.

Nakad não sabia, mas antecipava temas caros à campanha eleitoral 20 anos mais tarde: dizia que não fez carreira na política, defendia critérios técnicos em nomeações públicas e prometia um governo sem privilégios e corrupção.

Ele é um dos que consideram ter aberto caminho para a onda de integrantes da magistratura que, ao se aposentar ou pedir exoneração, passaram a atuar na política.

Este ano, além de Sergio Moro ter aceitado assumir um ministério no governo Bolsonaro, Wilson Witzel (PSC) venceu no Rio, Flávio Dino (PC do B) foi reeleito no Maranhão e Selma Arruda (PSL) se elegeu senadora em Mato Grosso.

O ex-presidente do STF (Supremo Tribunal Federal) Joaquim Barbosa chegou a flertar com a candidatura à Presidência pelo PSB, mas desistiu. Márlon Reis (Rede) e Odilon de Oliveira (PDT) concorreram, respectivamente, aos governos do Tocantins e de Mato Grosso do Sul, e perderam.

As tentativas anteriores, mesmo entre pessoas que se destacaram em suas atuações

na Justiça, na maioria das vezes não é bem-sucedida. Nakad, que não era um nome de expressão, foi candidato três vezes — duas ao governo paranaense e uma à Prefeitura de Curitiba — pelos nanicos Prona e PRTB. Com campanhas enxutas, não se elegeu.

Também decidiu nunca mais concorrer. “Confirmei a minha suspeita. Que a política é podre do princípio ao fim”, afirma Nakad, hoje aos 70.

Mas mesmo a ministra aposentada do STJ (Superior Tribunal de Justiça) Eliana Calmon, conhecida nacionalmente pela afirmação de que existiam “bandidos de toga”, ficou em terceiro na disputa ao Senado pela Bahia em 2014, com 8% dos votos válidos.

À Folha no mês passado, ela disse que se considera pioneira no movimento de juízes que se tornaram conhecidos em sua atuação na Justiça e, em seguida, entraram para a política. Ainda assim, não se lançou novamente candidata, mas anunciou apoio a Bolsonaro no segundo turno.

Há quatro anos, a desembargadora aposentada Luislinda Valois (PSDB) também não conseguiu se eleger deputada federal pela Bahia. Depois, se tornou ministra dos Direitos Humanos de Temer.

No entanto, foi menos lembrada pela sua atuação na pasta e mais pelas gafes — como divulgar que tinha um título

da ONU que não existe e pedir para acumular rendimentos e ganhar R\$ 61 mil citando “trabalho escravo”.

Quem se saiu melhor foi a juíza aposentada Denise Frossard no Rio. Conhecida por ter condenado chefões do jogo do bicho em 1993, candidatou-se ao Senado em 1998 e perdeu, mas quatro anos depois foi a deputada federal mais bem votada no estado.

Na Câmara, ganhou relevância por sua participação na CPI dos Correios, que investigou o mensalão, e se lançou o governo em 2006 pelo PPS. Perdeu no segundo turno para Sérgio Cabral (MDB).

Sem disputar eleições desde então, ela compara os motivos de ter se lançado na política aos de Calmon e Moro.

Afirma que, além de ser um meio de usar os conhecimentos obtidos na magistratura para contribuir com os outros Poderes, é uma experiência pessoal nova.

“Numa carreira vitalícia como a da magistratura, às vezes você chega num ponto em que já chegou ao topo, mesmo sem ter alcançado o último estágio da carreira”, afirma Frossard. “Comigo aconteceu mais ou menos isso. Cumprida a minha missão, a partir dali seria uma repetição.”

Frossard não acha que exista um movimento de juízes entrando para a política, mas decisões individuais.

**CONTINUA**



**19 NOV 2018**

**FOLHA DE S. PAULO**

**CONTINUAÇÃO**

Em Mato Grosso, o ex-juiz federal Julier Sebastião (PDT) concorreu à Prefeitura de Cuiabá 2016. Esse ano, não disputou por questões partidárias, mas não dispensa tentar novamente a prefeitura em 2020.

19 NOV 2018

FOLHA DE S. PAULO

# ‘Também sou réu no STF, e daí?’, diz Bolsonaro sobre ministra indicada

## Eleito minimiza fato de ex-secretária em MS ter dado incentivo à JBS quando era parceira da empresa

Júlia Barbon

**RIO DE JANEIRO** O presidente eleito, Jair Bolsonaro (PSL), minimizou reportagem da Folha segundo a qual sua futura ministra da Agricultura, Tereza Cristina (DEM-MS), concedeu incentivos fiscais à JBS enquanto manteve uma parceria pecuária com a empresa. À época, a hoje deputada federal era secretária do agronegócio de Mato Grosso do Sul.

“Eu também sou réu no Supremo, e daí?”, disse Bolsonaro, que responde a ação por incitação ao estupro.

“Afinal de contas sou um ser humano, posso errar, e, se qualquer ministro tiver uma acusação grave e comprovada, a gente toma uma providência. Neste momento, ela goza de toda a confiança nossa”, disse, ao visitar a competição mundial de jiu-jítsu Abu Dhabi Grand Slam, no Parque Olímpico da Barra (zona oeste do Rio de Janeiro).

Segundo a reportagem, publicada neste domingo (18), a deputada arrendava uma propriedade em Terenos (MS) aos irmãos Joesley e Wesley Batista para a criação de bois

e, ao mesmo tempo, ocupava o cargo de secretária estadual de Desenvolvimento Agrário e Produção, no governo de André Puccinelli (2007-2014), que foi preso em julho sob acusação de corrupção.

A política de incentivos fiscais do governo estadual está no centro da delação premiada fechada pela JBS com a Procuradoria-Geral da República no capítulo que tratou da corrupção em MS.

Em um período de 13 anos, até 2016, teriam sido pagos R\$ 150 milhões em propina.

Tereza Cristina, no entanto, não é alvo de investigação nem de processo no âmbito da delação premiada.

A deputada federal é processada pela JBS em razão do negócio entre eles, que foi fechado entre 2011 e 2012. A empresa cobra na Justiça um total de R\$ 14 milhões, em valores atualizados.

Tereza Cristina nega irregularidade. Procurada, a JBS não se pronunciou.

19 NOV 2018

## FOLHA DE S. PAULO

### PAINEL

**PELA CULÁTRA** Deputados veteranos debateram a movimentação de bolsonaristas pela revogação da norma que esticou a aposentadoria compulsória de ministros do STF de 70 para 75 anos. O problema, alertou um deles, é que, em debate no plenário, o limite de idade pode tanto voltar a 70 anos como passar para 80.

**FIAPQ** Juízes e procuradores apostam que, mesmo que o STF acabe com o auxílio-moradia tal qual ele é hoje, a corte manterá o benefício para quem não tem imóvel na cidade onde trabalha, por exemplo. Eles dizem que o tema é mais complexo do que parece.

### PAINEL DO LEITOR

#### STF

O Supremo Tribunal Federal precarizou o trabalho assalariado com a terceirização ampla e agravou ainda mais a situação dos aposentados ao derrotar a desaposestação, mas em benefício próprio os ministros do STF aumentaram seus salários e ainda mantêm o vergonhoso auxílio-moradia.

Jason César de Souza  
Godinho (Santos, SP)

#### TIROTEIO

“ No banquete do aumento, em que Temer e o STF fazem jogo de empurra, o único que não foge da conta salgada é o contribuinte

Do senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP), sobre a demora do STF em acabar com o auxílio-moradia, e de Temer em dar o reajuste da corte

19 NOV 2018

## FOLHA DE S. PAULO

PIERPAOLO CRUZ BOTTINI/

ANDRÉ CALLEGARI

### O Estado Bentinho

Professor de direito penal da USP e advogado de executivos da J&F  
Criminalista, professor de direito penal no IDP-Brasília e advogado de Joesley Batista

#### Operação contra Joesley mina colaboração premiada

Às 6h do último dia 9, agentes policiais entraram na casa de Joesley Batista e de outros executivos da J&F, anunciando sua prisão temporária. Não foi apenas uma ação contra os empresários —foi um ato que abalou o próprio instituto da colaboração premiada.

Segundo os responsáveis pela ação, Joesley teria omitido informações em seu acordo com a Justiça, deixando de relatar atos de corrupção existentes no Ministério da Agricultura. Daí o nome dado à operação — Capitu, uma alusão à célebre personagem de Machado de Assis suspeita de trair seu marido Bentinho.

A referência talvez revele algo do inconsciente institucional. O romance machadiano trata mais da paranoia do esposo do que da efetiva traição de Capitu. — cuja existência jamais foi provada. Isso diz muito sobre a prisão em questão.

No início de 2017 Joesley Batista e outros colaboradores da J&F relataram o sistema de corrupção no Ministério da Agricultura à Procura-

doria-Geral da República.

Juntaram documentos, planilhas, notas de pagamento e até uma gravação entre os envolvidos. Compararam sempre que convocados, prestaram inúmeros depoimentos e esclareceram todas as dúvidas dos investigadores.

Tais fatos nunca chegariam ao conhecimento das autoridades sem a colaboração dos executivos. Nada deixou de ser relatado, exposto, detalhado.

De repente, essas mesmas autoridades alegaram omissões e usaram documentos e depoimentos dos colaboradores para pedir sua prisão. O Estado que pactuou um acordo, que ofereceu benefícios em troca de informações, de súbito se transformou no algoz daquele que cooperou.

A prisão foi revogada pelo STJ (Superior Tribunal de Justiça).

Em primeiro lugar, ainda que existissem fatos ocultados, o STF (Supremo Tribunal Federal) já decidiu que isso não pode justificar a prisão de colaboradores. No máximo a rescis-

são do acordo e o cancelamento dos benefícios.

Em segundo, não houve omissão. Todos os fatos levantados pela polícia tiveram por base as declarações dos empresários. Por mais que se revire o inquérito, nada indica qualquer sonegação de informações da parte de Joesley Batista.

Ao contrário, revela que sua cooperação foi fundamental para a descoberta dos ilícitos.

A decisão pela colaboração é difícil. É um processo delicado, que envolve aspectos pessoais, profissionais e morais. A pessoa se expõe, rompe relações, altera drasticamente seu modo de vida. Se o poder público oferece um benefício por isso e propõe um pacto, suas cláusulas devem ser respeitadas, garantidas, cumpridas.

Um habeas corpus soltou Joesley dois dias depois. Mas não salvou a colaboração premiada da insegurança jurídica. O uso de informações prestadas contra o colaborador, a imputação de omissões inexistentes para fundamentar sua prisão, a divulgação de dados incorretos — nada disso se espera de um Estado que reconhece na colaboração um importante instrumento de investigação.

Bentinho, com sua desconfiança infundada e desassociada do factual, funciona na ficção. No mundo real, porém, agir como a personagem cismada de Machado não ajudará o Estado a consolidar um instituto calado na lealdade entre o colaborador e o poder público.

# GAZETA DO POVO

editorial

17 NOV 2018

*O perigo cada*

*vez maior do*

18 NOV 2018

*ativismo judicial*

**A** eleição de Jair Bolsonaro (PSL) para a Presidência da República e de um número significativo de deputados federais e senadores mais alinhados a pautas consideradas conservadoras mostra o repúdio da população a certas plataformas, que agora terão muito mais dificuldade de passar pelo Poder Legislativo ou pela caneta presidencial. O brasileiro se mostrou mais firme, nas urnas, na defesa da vida humana da concepção até a morte natural, a rejeição a políticas lenientes com o tráfico de drogas e o repúdio a ferramentas de engenharia social como a ideologia de gênero.

No entanto, além da “resistência” prometida pela oposição insatisfeita com a vitória de Bolsonaro, parece surgir um outro tipo de oposição a este novo perfil nos poderes Executivo e Legislativo, e que consistiria em um aumento exponencial no ativismo judicial, em que o Poder Judiciário arroga para si poderes que não tem e atua como legislador, em contradição explícita com o que decidirem os representantes eleitos pelo povo, às vezes até mesmo contrariando o que afirma a lei maior do país, a Constituição Federal. E esta prática tem como maiores patrocinadores justamente aqueles que mais deveriam lutar para proteger a Constituição: os ministros do Supremo Tribunal Federal.

Em um intervalo de pouquíssimos dias, três ministros deram declarações muito preocupantes a respeito da maneira como encaram a escolha popular feita em outubro. Quem puxou o coro foi Cármen Lúcia, que recentemente deixou a presidência da corte. Em um evento sobre os 30 anos da Constituição, ela disse que “estamos vivendo uma mudança (...) conservadora em termos de costumes. Às vezes, na minha compreensão de mundo, e é só na minha, não significa que esteja certa, perigosamente conservadora”. No mesmo evento, Ricardo Lewandowski disse temer retrocesso na garantia de direitos.

Mas quem foi mais explícito na intenção de exercer o ativismo judicial foi Luís Roberto Barroso. No dia 12 de novembro, durante o I Congresso Internacional de Direito e Gênero, no Rio de Janeiro, Barroso defendeu que a questão do aborto deve ser resolvida pelo Judiciário, e não pelo Legislativo. “Estão em jogo direitos fundamentais da mulher e do feto. Resta fazer uma ponderação de qual deve prevalecer. Esse é um papel típico do Judiciário. A característica dos direitos fundamentais é que independem de legislador e da aprovação da maioria. A autonomia individual da mulher é um direito fundamental em jogo”.

**CONTINUA**

# GAZETA DO POVO

## CONTINUAÇÃO

17 NOV 2018

18 NOV 2018

Os equívocos de Barroso a respeito desta questão são inúmeros, a começar pelo seu entendimento de que haveria um “direito fundamental à autonomia individual da mulher” que se sobrepõe ao direito à vida do feto indefeso e inocente. Mas, para além dos erros conceituais cometidos pelo ministro a respeito do tema específico do aborto, o que está subjacente nas falas do trio é a intenção de fazer do STF a primeira linha de resistência a um “avanço perigosamente conservador” que estaria em curso no país; a vontade dos 11 ministros valeria mais que a vontade da maioria ou as deliberações do legislador, para usar as palavras de Barroso.

Aqui, revela-se uma compreensão bastante limitada da parte dos ministros. É da própria natureza da democracia que o debate público esteja aberto a um leque amplíssimo de posições a respeito dos mais diversos temas, inclusive os temas morais. Este leque abarca diversas concepções de Estado e do que seja o bem comum,

noções de verdade, beleza e bondade, e a democracia dá carta de cidadania tanto às ideias mais à esquerda quanto as liberais, as libertárias e, obviamente, ao ideário dito “conservador”, que pode inclusive ser revolucionário quando reafirma verdades conquistadas ao longo de séculos, como a dignidade da vida humana, o valor da liberdade e a existência de direitos humanos inalienáveis.

É dentro deste leque — que só exclui aquelas concepções frontalmente opostas à própria democracia e os ataques frontais à dignidade humana — que cada sociedade faz suas escolhas. Elas se refletem, por exemplo, na Constituição, resultado de uma construção que envolveu a participação de toda a sociedade, por meio de uma assembleia constituinte eleita. Mas também está presente no ato de escolher seus governantes e os representantes que elaborarão a legislação ordinária. Neste concerto em que cada poder tem seu papel determinado, o papel do Judiciário é de receber as demandas da sociedade e resolvê-las sempre de acordo com a Constituição.

Assim, se estamos tratando de ideias perfeitamente defensáveis dentro de uma democracia, nada mais natural que o locus natural para o debate seja o Legislativo, e não o Judiciário. Isso é reconhecido por filósofos políticos de diversos matizes, de Robert George a John Rawls. No entanto, o trio de ministros — e Barroso, mais especificamente — não

enxerga a questão desta maneira. Ao deixarem implícito que, ao menor sinal de “conservadorismo”, o Supremo chamaria para si a responsabilidade de dar a palavra final, à revelia do legislador e da vontade popular, mesmo daquela traduzida na Constituição, os magistrados anunciam a intenção de mutilar esse leque de posições legítimas, excluindo dele um determinado posicionamento. Isso fere frontalmente a própria democracia, que garante à sociedade o direito de escolher como deve conduzir seu futuro.

O que ocorre, neste caso, é uma opção a priori da parte dos ministros, que declaram preferir as próprias opiniões àquelas emanadas pela sociedade dentro de um sistema democrático, excluindo de antemão todo um conjunto de pensamento do qual discordam. Os ministros deixam de lado a postura técnica que se deveria esperar dos guardiões da Carta Magna para adotar um viés que não é apenas ideológico, mas verdadeiramente totalitário, pela pretensão de decidir o que parte significativa da população pode ou não pensar. Transforma-se, assim, o Judiciário em um superpoder voluntarista, que na prática ignora a saudável separação entre poderes e viola o próprio espírito da democracia. ●

# GAZETA DO POVO

## Sínteses

17 NOV 2018

18 NOV 2018

### Reforma da Previdência já ou só em 2019?

MARIANA DINIZ LION

#### **A chance atual não pode ser desperdiçada**

**A** Previdência Social é o sistema financeiro do qual o governo se utiliza para financiar as aposentadorias do povo. Ao contrário do que muitas pessoas pensam, o dinheiro da contribuição individual não fica guardado em uma conta com o nome do cidadão, para que ele o use no futuro: o dinheiro que o trabalhador dá hoje pagará a aposentadoria de quem já está aposentado, e a sua própria aposentadoria dependerá dos empregados do futuro. Muito embora seja engenhoso, esse esquema segue uma lógica avessa e, no longo prazo, se tornará um insustentável elefante branco.

Para tentar reduzir o impacto negativo da quebra iminente deste sistema, o governo Temer tenta trazer uma reforma estrutural que faria com que o sistema todo pudesse respirar por mais alguns anos. Propõe mudanças no tempo de contribuição, no cálculo do benefício e mudanças para funcionários públicos. Como as aposentadorias públicas são as mais inchadas, atendidas por critérios especiais, este é um dos pontos altos da reforma.

A previsão de quebra da Previdência segue uma regra básica de progressão matemática que muitos corações ideológicos insistem em ignorar: estima-se que a partir de 2050 a proporção será de um aposentado para um jovem trabalhador. Como um esquema de pirâmide, quem entra primeiro no INSS precisa de mais pessoas entrando no esquema para receber dinheiro, enquanto quem entra depois guarda apenas a promessa de receber dinheiro no futuro.

O governo Bolsonaro já fala em tentar aprovar alguns dos pontos da proposta de Temer, e é de conhecimento comum que o presidente eleito tem em seu plano de governo medidas bem mais duras relacionadas à reforma da Previdência e sua regulamentação em geral. Dentre todas as propostas, está a criação de uma nova regra trabalhista, que dê mais flexibilidade às relações de emprego e possibilite ao empregador e ao empregado acordarem seus termos de prestação e contraprestação com mais liberdade, modificando também as formas de contribuição para a Previdência.

É também importante analisar todo o cenário legislativo: a partir de 2019 as bancadas liberal e conservadora poderão oferecer ao presidente eleito e às propostas reformistas muito mais sustentação e adesão, o que facilitará todo o processo de mudança. Mas, com o Congresso atual, ficam reduzidas as chances de a reforma passar completamente, sem alterações — exatamente por isso é importante usar a oportunidade que se apresenta para tentar alterar o máximo de aspectos possíveis, em caráter de urgência.

A reforma em 2019 será necessária, mas começar esta reforma ainda neste ano significa estruturar um processo sólido de migração natural dos modelos rígidos e ultrapassados da legislação para uma opção mais contemporânea e realista. Aprovar mudanças agora não impede que venham novas boas reformas no futuro.

O processo de migração e adaptação para um novo sistema precisa começar o quanto antes e é imprescindível que a Previdência que temos passe a ser menos ineficiente, para que as mudanças que estão por vir possam se dar de forma gradual, direcionando o costume e a cultura dos brasileiros para um cenário menos paternalista e populista. A reforma imediata oferecerá às pessoas a chance de, ao menos, contar com um pouco mais de estabilidade futura, lidando com um prejuízo menor, independentemente do que esteja por vir. ●

---

Mariana Diniz Lion, advogada pós-graduada em Economia e Ciências Políticas, é especialista do Instituto Mises Brasil.

**CONTINUA**

# GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

CLÁUDIA SALLES VILELA VIANNA

17 NOV 2018

18 NOV 2018

## **Reformar sem estudo e dados corretos é impossível**

**P**assadas as eleições, o governo retoma a discussão sobre a necessidade da reforma da Previdência, tendo por argumento central o déficit previdenciário, que entendo decorrer de uma inadequada administração do sistema (receitas/despesas) e de uma forma incorreta de apresentar as contas.

As análises financeiras da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal mostram resultado positivo de R\$ 76 bilhões em 2013, R\$ 56 bilhões em 2014 e de R\$ 11,5 bilhões em 2015. Apenas em 2016 tivemos um resultado negativo, de quase R\$ 57 bilhões, mas em decorrência da crise político-econômica pela qual o país passou, com fechamento de empresas e aumento do desemprego, com óbvios reflexos sociais, inclusive aumento na quantidade de benefícios pagos. E o mais grave, com a crítica perda de arrecadação, porque os empregadores sustentam a Seguridade, não somente com a contribuição sobre a folha de pagamento, mas também por meio da Cofins, CSLL e PIS/Pasep.

Antes de aprovar alterações radicais na legislação vigente é preciso mais transparência na divulgação dos dados e maior retidão nas contas apresentadas, com obediência às regras constitucionais e sem incluir na mesma planilha os regimes dos servidores públicos, porque esses pertencem a um capítulo diferenciado da Constituição Federal, com regras próprias de custeio e de benefícios.

Integram a Seguridade Social somente Saúde, Assistência Social e Previdência do Regime Geral (RGPS), e todas as contribuições listadas no artigo 195 se destinam ao seu financiamento, além de uma outra parcela que deveria advir do pagamento de impostos sem destinação específica,

mediante repasse da União. O problema é que essa regra não é respeitada e cito como exemplo a desvinculação de 20% das receitas desde 1994 e de 30% a contar de 2016; a não inclusão do resultado de aplicações financeiras; e a ausência da compensação integral dos prejuízos advindos da desoneração da folha de pagamentos, concedida a alguns setores econômicos.

Conforme relatório final da CPI da Previdência, a dívida das empresas privadas com a Previdência chega a R\$ 450 bilhões, mas não há auditores fiscais em número suficiente para a cobrança dos valores, o prazo de prescrição e decadência é de apenas cinco anos e tem sido reincidente o perdão de juros e multa, além da concessão de prazo extensivo de parcelamento.

Vejo, portanto, absoluta incoerência entre os atos praticados e o discurso. Se há, de fato, um déficit reiterado, não seria mais adequado aumentar o número de auditores, melhorar o sistema de constituição dos créditos e promover o necessário para sua recuperação, com juros e multa? E, se há déficit, não deveria existir desvinculação ou desoneração que acarretasse perda financeira ao sistema, sonegação e corrupção não combatidas e fraudes na concessão e manutenção dos benefícios.

Sou a favor de uma reforma porque se faz necessário manter a solidez do sistema e é inegável a mudança na sociedade, em termos de taxa de natalidade, envelhecimento e sobrevida, mas não há necessidade de tamanha urgência e atropelo, sem análise correta dos dados e sem a reflexão e o estudo que deve anteceder qualquer alteração legislativa em matéria de Seguridade Social. ●

---

Cláudia Salles Vilela Vianna, advogada, mestre em Direito, conferencista e consultora jurídica empresarial nas áreas de Direito do Trabalho e Direito Previdenciário, é professora do curso de Direito da Universidade Positivo.



17 NOV 2018

18 NOV 2018

## GAZETA DO POVO

### **Adalberto Xisto Pereira é eleito presidente TJ**

● O Pleno do Tribunal de Justiça do Paraná (TJ-PR) se reuniu na tarde de segunda-feira (12) para eleger a cúpula diretiva que administrará o Judiciário estadual pelos próximos dois anos. Apenas os 120 desembargadores têm direito a voto, por cédula, para escolher entre os candidatos para os cargos de presidente, primeiro e segundo vice-presidente, ouvidor-geral, corregedor e corregedor-geral. No primeiro turno, os candidatos a presidente receberam a seguinte votação: Adalberto Xisto Pereira 52 votos, Lidia Maejima 28, Rogério Kanayama 25 e Fernando Bodziak 8. Houve um voto nulo. No segundo turno, Xisto Pereira teve 74 votos e Lidia Maejima conseguiu 39. Houve um nulo. Xisto será responsável por administrar um orçamento maior do que o da prefeitura de Londrina, segunda maior cidade do Paraná. A gestão de R\$ 3 bilhões ao ano envolve os salários de 900 magistrados e 18 mil funcionários, entre diretos e terceirizados.

# GAZETA DO POVO

## CNJ vai apurar indicação de Moro como ministro

● O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) vai apurar a indicação do juiz Sergio Moro para o cargo de ministro da Justiça pelo presidente eleito Jair Bolsonaro (PSL). O procedimento para investigação foi aberto no último dia 9 pelo corregedor Humberto Martins, ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ), e divulgado na segunda-feira (12). Moro aceitou o convite para chefiar o ministério quando Bolsonaro assumir, em 1º de janeiro de 2019. O CNJ quer que Moro preste informações por suposta atividade político-partidária. Ele tem 15 dias para prestar as informações. Humberto Martins atendeu a pedidos formulados pela Associação Brasileira de Juristas pela Democracia, por deputados federais e senadores do PT, entre outros, que questionaram a decisão do juiz. Os procedimentos foram reunidos e apensados em um.

## TSE dá 3 dias para Bolsonaro explicar contas

● O ministro Luís Roberto Barroso acolheu na terça-feira (13) pedido da área técnica do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e determinou ao presidente eleito Jair Bolsonaro (PSL) que apresente, em três dias, esclarecimentos sobre 23 indícios de irregularidades ou inconsistências apontadas pelos auditores em sua prestação de contas de campanha. Barroso, que é relator no TSE das contas do presidente eleito, disse ter considerado pertinentes os apontamentos da Assessoria de Exame de Contas Eleitorais e Partidárias (Asepa) do tribunal. Indícios de irregularidade são suspeitas de descumprimento da legislação eleitoral. Já as inconsistências englobam problemas de menor potencial de gravidade, não necessariamente ilegalidades. Após a resposta de Bolsonaro, o tribunal irá analisar o caso, podendo aprovar, aprovar com ressalvas ou rejeitar as contas.

17 NOV 2018

18 NOV 2018

## Tensão marca audiência de Lula na Lava Jato

● O interrogatório do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), na quarta-feira (14), no processo referente ao sítio em Atibaia foi tenso - do começo ao fim. Durante quase três horas de depoimento, o petista demonstrou irritação ao tentar se defender das acusações do Ministério Público Federal (MPF). Ele chegou a se estranhar com os procuradores presentes na audiência, acusando o MPF de tentar criminalizar o PT, além de dizer que se considera um "troféu" para a Lava Jato. Em duas oportunidades, precisou ser enquadrado pela juíza federal Gabriela Hardt. Foi a primeira vez que ele ficou frente a frente com a nova juíza da Lava Jato. O MPF aponta que o petista é o dono de um sítio em Atibaia, que teria sido reformado por empreiteiras como forma de pagamento de propina ao ex-presidente.

## Justiça manda soltar Joesley Batista

O ministro Nefi Cordeiro, do Superior Tribunal de Justiça (STJ), mandou soltar na segunda-feira (12) o empresário Joesley Batista, da J&F, e os demais presos na Operação Capitu, deflagrada pela Polícia Federal na sexta-feira (9). A Capitu, desdobramento da Lava Jato, investiga suspeita de que a JBS, do grupo J&F, pagou propina para políticos do MDB em troca de medidas a seu favor no Ministério da Agricultura em 2014 e 2015. Ao todo, 18 pessoas foram presas. Segundo delator, a JBS teria repassado R\$ 7 milhões para o grupo político do PMDB da Câmara comandado por Eduardo Cunha.

17 NOV 2018

18 NOV 2018

## GAZETA DO POVO

### Eduardo Bolsonaro recusa acordo proposto por Dodge

■ A defesa do deputado federal reeleito Eduardo Bolsonaro (PSL-SP) informou ao ministro Luís Roberto Barroso, do Supremo Tribunal Federal (STF), que não aceitará a proposta de transação penal formulada pela procuradora-geral da República, Raquel Dodge. A transação penal é uma espécie de acordo firmado entre o acusado e o Ministério Público em que são oferecidas “penas alternativas” ao denunciado em troca do arquivamento do processo. A Procuradoria-Geral da República (PGR) ofereceu denúncia contra o filho do presidente eleito Jair Bolsonaro em abril deste ano por suposta ameaça a uma jornalista com quem teria tido um relacionamento. De acordo com a denúncia da PGR, o parlamentar enviou várias mensagens pelo Telegram à jornalista Patrícia Lélis dizendo que ela “se arrependeria de ter nascido” e que ele iria “acabar com a vida dela”. A defesa do deputado diz que ele é inocente.

## COLUNA DO LEITOR

### REAJUSTE DO STF 1

O importante é a harmonia entre os poderes...  
Quanto ao povo, cabe somente bancar as mordomias imerecidas dos meritíssimos.

Abel Bispo dos Santos

### REAJUSTE DO STF 2

Mesmo se não houvesse o efeito cascata, que vai beneficiar toda a casta de privilegiados, ainda seria vergonhoso. E, assim, continuamos com o Judiciário e o Estado mais caro e ineficiente do planeta; sem verba para as demais necessidades, mas com sobra para quem já tem excessos de benefícios.

Luiz Aparecido de Carvalho

# Uma “onda vermelha” na OAB?

Chapa de oposição à direção da seção paranaense da Ordem dos Advogados do Brasil reúne lideranças de esquerda e levanta suspeita sobre objetivos do grupo

● A derrota do PT nas urnas em 28 de outubro não significou o fim da luta do partido pela conquista do poder. Mesmo tendo perdido a disputa da presidência da República para Jair Bolsonaro, o partido busca, de algum modo, uma “volta às origens” para retomar parte da relevância perdida com o escândalo do Petrolão e a prisão de seus líderes, incluindo o maior deles, Luiz Inácio Lula da Silva. A estratégia: ocupar espaços políticos diversos para executar sua agenda, das margens até o centro.

Um desses movimentos está sendo orquestrado no Paraná. Na próxima quinta-feira (22), concorrem à presidência da seccional paranaense da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-PR) duas chapas: a tradicional XI de Agosto, de situação, contra a opositorista Algo Novo na OAB, construída por um conjunto de lideranças políticas ligadas ao PT e outros partidos de esquerda.

A Algo Novo na OAB foi concebida a partir de

um movimento intitulado Algo Novo na Advocacia Paranaense, encabeçado por personalidades como os advogados Luiz Carlos da Rocha, o Rochinha, filiado ao PCdoB; Luiz Fernando Delazari, ex-secretário do governo Roberto Requião (MDB); Clair da Flora Martins, ex-deputada federal pelo PT; Daniel Godoy Júnior, filiado ao PT desde os anos 1980; e Wilson Ramos Filho, o Xixo, filiado ao PT há mais de 30 anos e que recentemente disputou as eleições como suplente na candidatura de Mirian Gonçalves, também do PT, ao Senado. Este grupo é autor de uma “carta aberta para advocacia paranaense” que arregimentou quase 400 assinaturas em apoio desde sua publicação, em setembro passado.

Dentre as assinaturas abaixo assinadas, alguns nomes se destacam: Carlos Frederico Marés de Souza Filho, professor de direito e ex-procurador-geral do Paraná; Bruno Meirinho, filiado ao PSOL;

Vera Karam de Chueiri, diretora da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná (UFPR) e filiada ao PV; Vitorio Sorotiuk, pro-

fessor de direito e filiado ao PT; e Manoel Caetano Ferreira Filho, professor de direito da UFPR, ex-conselheiro da OAB e um dos principais advogados de Lula. Figuras que, se não são elas próprias políticas, têm forte atuação político-partidária em favor das causas da esquerda.

O candidato a presidente pela Algo Novo na OAB é Ferreira Filho, que protagonizou, em 2016, a realização de um evento nomeado de “Ato em Defesa da Democracia”. O ato, realizado no salão nobre do curso de Direito da UFPR, foi, na prática, um evento em apoio à ex-presidente Dilma Rousseff (PT) e contrário ao processo de impeachment que transcorria naquele momento — e que recebeu o apoio da atual direção da OAB-PR.

Outros organizadores do ato foram Marés de Souza, José Antonio Peres Gediel, Cláudio Antônio Ribeiro e Vera Karam de Chueiri, todos signatários do manifesto de fundação da Algo Novo. Naquela ocasião, eles assinaram outra carta aberta, a “Carta de Curitiba” que, a pretexto de manifestar preocupação com os rumos da democracia brasileira, marcou a posição do grupo contra o impeachment de Dilma e a operação Lava Jato. No ano seguinte, Ferreira Filho seria contratado como advogado de Lula.

**CONTINUA**

# GAZETA DO POVO

## CONTINUAÇÃO

17 NOV 2018  
18 NOV 2018

### "Lula livre"

Do "Ato em Defesa da Democracia", à carta aberta da Algo Novo na Advocacia Paranaense, até a formação da chapa Algo Novo na OAB, alguns nomes se afastaram e outros se aproximaram do grupo que disputaria as eleições. Uma característica comum à maioria dos seus participantes, entretanto, são as manifestações públicas político-partidárias em favor de Lula e do PT.

"Vote 13, Haddad, para ser feliz!!!!", postou em 7 de outubro no Facebook Carlos Roberto Scalassara, filiado ao PT e candidato

a Conselheiro Federal pela Algo Novo. "Haddad presidente, Lula livre!", escreveu dia 6 de outubro Josiani Alves Pereira, candidata a diretora suplente da Caixa de Assistência dos Advogados. "Cada um tem seus motivos para não votar no Coiso. (...) A principal me basta e me motiva, fulanizada, encarnada, concreta e específica: libertar o Lula", escreveu em 26 de outubro Wilson Ramos Filho.

São manifestações livres de simpatia e adesão a um projeto político. Em outras ocasiões, no entanto, as declarações ultrapassaram o razoável e descambaram para a intolerância: "Pena que não foi uma rajada de metralhadora", escreveu a candidata a secretária geral adjunta da OAB-PR pela Algo Novo, Rosemery Brennèr Dessotti, em 6 de setembro, dia em que o então candidato Jair Bolsonaro foi atacado com uma facada durante ato de campanha em Juiz de Fora (MG).

"Caso isto acontecesse [a Algo Novo vencer], a Ordem perderia completamente sua função de defesa imparcial das questões democráticas. É um risco muito grande quando o candidato à presidência da entidade é advogado de uma personalidade como esta [Lula] e os integrantes

a cargos diretivos apresentam comportamento declaradamente político-partidário. A Ordem seria utilizada claramente para fins políticos-partidários", avalia José Lúcio Glomb, ex-presidente da OAB-PR, de 2010 a 2012.

Para os situacionistas, o problema não é que os membros de uma chapa sejam ou não filiados a partidos políticos — a XI de Agosto também tem componentes filiados a partidos (veja quadro) —, mas sim os objetivos pretendidos caso conquistem o poder. "Temos que diferenciar atuação técnica jurídica de atuação partidária. Presidente e diretores vinculados a partido é bem diferente de ter um conselheiro que defendeu uma tese jurídica", argumenta Cássio Telles, candidato a presidente pela XI de Agosto. Uma carta aberta publicada pelos situacionistas afirma que "a atitude de criar uma oposição não se deu por descontentamento com os rumos da administração da OAB-PR, mas pela discordância do grupo adversário com a decisão dos Conselhos Estadual e Federal de pedirem o impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff".

### Resposta

O candidato pela Algo Novo nega haver qualquer motivação político-partidária na composição de sua chapa. "Considero um desrespeito esta acusação infundada. Eles não têm coragem de nos enfrentar nos debates de ideias. Acusar-nos assim não é ético nem correto da parte deles", rebate Ferreira Filho. O candidato ressalta que na composição adversária também há advogados que defendem políticos do PT, incluindo o próprio Lula, referindo-se a Luiz Fernando Pereira, e Juliano Breda, que garantiu a absolvição de Gleisi Hoffmann e Paulo Bernardo no STF das acusações de corrupção e lavagem de dinheiro. "É uma luta da OAB diferenciar o advogado de seu cliente", diz. Ferreira Filho argumenta que posicionamentos políticos e até mesmo ativismo partidário são observados em ambas as chapas.

**CONTINUA**

Porém, ressalta que este comportamento não deve influenciar o posicionamento da Ordem, que, se depender dele, deverá manter a independência e imparcialidade.

Sobre o episódio do impeachment de Dilma, o representante da Algo Novo argumenta que apresentou um parecer jurídico contrário à legalidade do processo, ainda como membro do Conselho Federal da OAB e integrante de uma comissão que avaliou o caso. Após o posicionamento oficial da entidade favorável à cassação do mandato da ex-presidente, ele admite que participou de atos de repúdio à decisão da Ordem. Mas garante que isso nada tem a ver com a iniciativa de formar um grupo de oposição: “Fomos procurados por integrantes insatisfeitos da atual gestão e por pessoas que fazem oposição histórica. Não é uma chapa partidária”, afirma.

### Corrida antecipada

Telles e Ferreira Filho disputam os votos dos mais de 67 mil advogados inscritos na Ordem. Um deles gerenciará o orçamento anual da entidade, na casa de R\$ 65 milhões, consolidado no ano passado. A temperatura do bate-chapa é tão alta que esquentou até o período pré-eleitoral, iniciando uma inédita pré-campanha que, à semelhança do pleito nacional, também se deu pelas mídias sociais e por distribuição de informações nem sempre comprovadas por WhatsApp.

O embate rendeu trocas de acusações mútuas. “Hoje o processo de transparência na OAB-PR é píffio. Não sabemos nada sobre onde e como os R\$ 60 milhões anuais arrecadados dos nossos bolsos são investidos”, diz um e-mail assinado pela Algo Novo na OAB. As críticas foram rebatidas pela XI de Agosto por meio de carta aberta. “Quem critica o Portal da Transparência é porque nunca navegou pelo site. O portal da OAB Paraná publica não apenas as demonstrações financeiras detalhadas, mas também permite acesso aos contratos celebrados pela instituição”. O texto ressaltou ainda que o candidato da oposição fez parte de gestões anteriores ocupando os cargos de conselheiro estadual e federal.

A falta de alternância na gestão da entidade também entrou na troca de farpas. “A

chapa adversária, que controla a OAB-PR há mais de 40 anos, tem um núcleo dominante composto por advogados de grandes escritórios. Mas essa não é a realidade da advocacia no Paraná. Por isso, há um grande número de advogados que não se sentem representados pela OAB e pela forma como ela tem sido gerida”, diz Ferreira Filho.

O candidato da XI de Agosto explicou que apesar do grupo gerir a entidade por tanto tempo, existe o entendimento interno que evita a reeleição, apesar do mecanismo estar previsto no regimento da entidade. “Inclusive, temos uma renovação no conselho de 70%, ou seja, são 80 pessoas”, diz Telles.

### Propostas

Se a disputa antagoniza os concorrentes em muitos aspectos, pelo menos em um ponto os dois grupos concordam: a defesa das prerrogativas profissionais. “Hoje, nós vemos com frequência a quebra do sigilo das comunicações entre cliente e advogado, buscas e apreensões em escritórios de advocacia, de forma genérica, magistrados que se recusam a receber a advocacia, em alguns casos a terceirização das decisões sem que magistrados ao menos leiam com atenção despachos e sentenças”, afirma Telles. A chapa Algo Novo na OAB reforça o compromisso e coloca como “pauta prioritária a valorização da advocacia e a defesa das prerrogativas, com o objetivo de resgatar a dignidade da profissão, que nunca esteve tão desprestigiada”.

Do lado da XI de Agosto, a segunda principal meta é a dignidade financeira da advocacia. Também faz parte do planejamento investir na Escola Superior da Advocacia, voltada para o aprimoramento de profissionais. “Estamos

programando inúmeras atividades de capacitação da advocacia iniciante, de atualização da advocacia, de divulgação de novos nichos de mercado. Enfim, temos que projetar a advocacia do futuro e trabalhar para que nossos colegas estejam sintonizados com as transformações que a sociedade vem experimentando”, afirma Telles.

Para os integrantes da Algo Novo na OAB é preciso reavaliar o valor das anuidades pagas pelos jovens advogados à Ordem. “Propomos uma redução da anuidade para a advocacia iniciante, de modo que haja uma real diferença entre o valor cobrado de quem acabou de ingressar na carreira e aqueles que já estão estabelecidos”, propõe Ferreira Filho. Profissionais inscritos há até três anos na Ordem contribuem com R\$ 715,80. Advogados com mais de cinco anos pagam anualmente R\$ 780,80. Os valores se referem ao pagamento à vista até o dia 10 de fevereiro.

### Expectativa

Para os integrantes da XI de Agosto, a chave para o sucesso no pleito está no interior do estado. “Estamos confiantes na vitória. Para se ter uma ideia, em 29 das 48 subseções do estado a XI de Agosto já pode ser considerada vencedora, pois sequer há chapa concorrente. Em outras sete, há duas chapas XI de Agosto”, diz Telles.

“Caso a chapa adversária ganhe, seguiremos fazendo oposição crítica, proativa e colaborativa. O Algo Novo é um movimento que veio para ficar. Continuaremos, independentemente do resultado destas eleições, debatendo os rumos da advocacia paranaense e fazendo propostas para que a OAB atenda melhor aos anseios de todas as advogadas e advogados”, afirma Ferreira Filho.